



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024
(UASG 80012)

Processo Administrativo Nº 918/2025

LOCAL	Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br/
--------------	--

DATA DA SESSÃO	07/04/2025 – 10 horas
HORÁRIO DA SESSÃO	Horário de Brasília/DF

Objeto	
Manutenção predial – preventiva e corretiva – nos imóveis do TRT9, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações deste edital e seus anexos.	
VALOR TOTAL ESTIMADO	
LOTE 1 – PONTA GROSSA e região: R\$ 270.000,00 LOTE 2 – CASCAVEL e região: R\$ 450.000,00 LOTE 3 – CURITIBA e região: R\$ 1.015.000,00 LOTE 4 – MARINGÁ e região: R\$ 370.000,00 LOTE 5 – LONDRINA e região: R\$ 475.000,00	
Registro de Preços	Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO	NÃO
Critério de Julgamento	Modo de Disputa
MAIOR DESCONTO	ABERTO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	Conforme item 7 do edital
-----------------------------------	---------------------------

OBSERVAÇÕES GERAIS:
<ul style="list-style-type: none">● FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Secretaria de Licitações e Contratos Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, centro, Curitiba/PR - CEP 80.420-010. E-mail: licitacao@trt9.jus.br Fone: 0xx (41) 3310-7341 / 7156● CREDENCIAMENTO E DÚVIDAS NA OPERAÇÃO DO SISTEMA DO COMPRASNET Central de Atendimento do Comprasnet: Fone: 0800 978 9001 Portal de atendimento: https://portaldeservicos.economia.gov.br/ Suporte realizado das 7 às 20 horas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	24
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	27
11. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	24
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	28



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

Processo Administrativo nº 918/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, sediado na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba - PR, CNPJ nº 03.141.166/001-16, por meio da Secretaria de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) da Instrução Normativa MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto 7.983, de 08 de abril de 2013, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para **manutenção predial – preventiva e corretiva – nos imóveis do TRT9, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **5 lotes**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. É vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; (Resolução n.º 7 do Conselho Nacional de Justiça).

2.13.1. A vedação descrita no item anterior se estende às contratações deflagradas quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

2.13.2. É permitida a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados de primeiro e de segundo graus atuantes exclusivamente na jurisdição, assim como de servidores que, embora ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (a exemplo dos servidores da área judiciária, como diretores de secretaria, assistentes/assessores de magistrados), não atuem na linha hierárquica que vai da Administração ao dirigente máximo da entidade, por não vislumbrar, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório;

2.13.3. Nada obsta que a Administração vede a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
--

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total anual do item e desconto ofertado

4.1.1.1. Considerando tratar-se de julgamento pelo maior desconto, a proposta cadastrada no sistema não poderá ser superior ao valor estimado para a presente contratação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,1%**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.2. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.3. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.5. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

5.20.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.6.2. empresas brasileiras;

5.20.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.5 deste edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

7.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Qualificação Técnica

7.21. Prova de **inscrição** junto ao CREA/CAU/CFT da Pessoa Jurídica e dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa.

7.22. Deverá constar no registro da empresa no CREA/CAU/CFT, no mínimo, um responsável técnico cujas atribuições técnicas sejam compatíveis com os serviços contratados;

7.23. Apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado/certidão/declaração** fornecido por Pessoas Jurídicas de Direito público ou privado, que comprove ter a EMPRESA, para cada uma das especialidades abaixo, realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, sem qualquer informação que a desabone, e com os seguintes parâmetros: Execução de manutenção predial preventiva (programada) e corretiva (por demanda)

7.24. Apresentação de no mínimo 01 (uma) **certidão de acervo técnico** emitido pelo CREA/CAU/CFT que comprove terem os RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA EMPRESA, realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, com os seguintes parâmetros: Execução de manutenção em subestação – entrada de energia;

7.25. O **vínculo** dos responsáveis técnicos da empresa poderá ser comprovado:

- a) Carteira de trabalho (CTPS), comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante na data da licitação
- b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante; ou
- c) Contrato de prestação de serviços firmado com a empresa licitante.

7.26. Os profissionais indicados pelos licitantes para fins de comprovação da qualificação técnica deverão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição dos mesmos somente por outros que detenham as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes justificáveis pelo proponente, sob prévia avaliação do TRT da 9ª Região.

7.27. DECLARAÇÃO, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que conhece as dificuldades dos serviços.

7.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.29. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.29.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.30.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.31. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia cuja autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, ou acompanhada de declaração de autenticidade realizada por advogado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.32. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.33. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.34. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.35. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.36. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução, embora não seja exigida, é de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.36.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. O agendamento prévio deve ser feito:

Telefone: 41 3310 7730 ou 3310 7037

Email: manutencao@trt9.jus.br

Engenheiro Benedy ou Arquiteta Claudia

7.36.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.37. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.37.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.38. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.38.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.39. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.39.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.39.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.40. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.40.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.40.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.41. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.41.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.41.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.42. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.43. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital,

7.44. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.45. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.46. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**,

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.trt9.jus.br/transparencia.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
- 9.2.2.** multa;
- 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas no item 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis (ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso (art. 24, inciso X do Decreto 11.246/2022)), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
--

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@trt9.jus.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

11.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

11.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

11.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

11.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da licitante fica ciente de que o contratante poderá ter acesso aos seus dados pessoais, tais como nome, cargo ocupado na empresa, número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e número da carteira de identidade (RG), bem como que referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização prevista no art. 7º, II, da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

12.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.trt9.jus.br/transparencia.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 12.12.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
- 12.12.3.** ANEXO III – Planilha de Manutenção – Lote 1
- 12.12.4.** ANEXO IV – Planilha de Manutenção – Lote 2
- 12.12.5.** ANEXO V – Planilha de Manutenção – Lote 3
- 12.12.6.** ANEXO VI – Planilha de Manutenção – Lote 4
- 12.12.7.** ANEXO VII – Planilha de Manutenção – Lote 5
- 12.12.8.** ANEXO VII – Tabela de encargos sociais
- 12.12.9.** ANEXO IX – Planilha de Inspeção Predial
- 12.12.10.** ANEXO X – Modelo de Proposta
- 12.12.11.** ANEXO XI – Declaração de conhecimento das condições para execução dos serviços
- 12.12.12.** ANEXO XII - Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, 19 de março de 2025

Arnaldo Rogério Pestana de Sousa
Ordenador da Despesa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para especializada para **MANUTENÇÃO PREDIAL – PREVENTIVA E CORRETIVA – NOS IMÓVEIS DO TRT9**, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	REGIONAL	TOTAL MANUTENÇÃO PREVENTIVA	TOTAL MANUTENÇÃO CORRETIVA	TOTAL POR LOTE
1	PONTA GROSSA	120.000,00	150.000,00	270.000,00
2	CASCADEL	250.000,00	200.000,00	450.000,00
3	CURITIBA	515.000,00	500.000,00	1.015.000,00
4	MARINGÁ	170.000,00	200.000,00	370.000,00
5	LONDRINA	275.000,00	200.000,00	475.000,00
TOTAL 5 LOTES		1.330.000,00	1.250.000,00	2.580.000,00

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogável conforme a lei.

Trata-se de serviços continuados (manutenção preventiva e corretiva), que conforme a Lei nº 14.133/2021 são aqueles prestados de forma ininterrupta por um período superior a 12 meses, para atender necessidades permanentes da Administração Pública. Assim, haverá a possibilidade de prorrogação dos contratos de serviços continuados por até 60 meses (5 anos), desde que haja justificativa de interesse público, uma avaliação positiva do desempenho do contratado e que as condições contratuais sejam mantidas. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Em linhas gerais, este processo visa a contratação de empresa (s) de engenharia para realizar manutenções preventivas e corretivas em edificações, abrangendo aspectos civis e elétricos. A manutenção é essencial para garantir a segurança, prolongar a vida útil das estruturas, reduzir custos e melhorar a eficiência no uso de recursos públicos, além de assegurar a continuidade dos serviços e conformidade com normas.

A Resolução CSJT 365/2023 destaca a importância da manutenção predial na Justiça do Trabalho, enfocando ações preventivas e corretivas para conservar as instalações e melhorar a sustentabilidade. As manutenções preventivas ocorrerão semestralmente, com serviços específicos em cada visita, enquanto as manutenções corretivas serão realizadas conforme as Ordens de Serviço.

A contratação será dividida em lotes, facilitando a participação de pequenas e médias empresas, aumentando a concorrência, otimizando recursos e agilizando a execução dos serviços.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, e consta dos itens:

- Lote 1 – Setorial Ponta Grossa: SIGEO 326;
- Lote 2 – Setorial Cascavel: SIGEO 325;
- Lote 3 – Setorial Curitiba: SIGEO 328;
- Lote 4 – Setorial Maringá: SIGEO 324;
- Lote 5 – Setorial Londrina: SIGEO 327.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Basicamente a presente contratação visa a realização de manutenções preventivas e corretivas em edificações.

A **manutenção preventiva** será realizada de forma planejada e regular, com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos e estruturas do prédio. A manutenção preventiva visa otimizar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

eficiência dos sistemas e garantir a segurança e funcionalidade contínua do imóvel e seus equipamentos. As atividades incluem inspeções periódicas, revisão de coberturas, esquadrias, limpeza de calçadas, muros, caixas de gordura, placas fotovoltaicas e serviços elétricos como a manutenção de subestações e quadros elétricos. As visitas de manutenção serão divididas em dois tipos:

- Tipo A: Envolve vistorias detalhadas nas instalações para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade, com inspeções, testes e elaboração de relatórios descritivos e fotográficos. Inclui revisão de coberturas, esquadrias, limpeza de muros e calçadas, limpeza de placas solares e serviços elétricos, como manutenção de subestações e quadros elétricos.
- Tipo B: Contém procedimentos similares, como revisão de coberturas e limpeza de calçadas, mas com um escopo reduzido, com algumas unidades recebendo apenas a manutenção Tipo A. Além disso, abrange a limpeza de caixas de gordura, essencial para prevenir entupimentos e problemas no sistema de drenagem.

A **manutenção corretiva** é um processo crucial para restaurar o funcionamento de sistemas e equipamentos, iniciado com a emissão de ordens de serviço após a identificação de problemas. Seu objetivo é corrigir danos, melhorar e atender emergências, garantindo a segurança e operação adequadas das instalações. Essa manutenção, quando bem estruturada e documentada, melhora a eficiência operacional e a segurança. Durante a manutenção preventiva, a equipe pode relatar a necessidade de reparos, resultando em novas ordens de serviço. A fiscalização também pode emitir ordens conforme demandas. A manutenção corretiva abrange serviços como:

- Alterações em leiaute (paredes, forros, pisos).
- Adequação à acessibilidade.
- Instalação e relocação de equipamentos (ex.: ar-condicionado, nobreaks).
- Reparos em lajes, coberturas, impermeabilizações e pinturas.
- Instalação/manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos.
- Reparos em esquadrias de metal e madeira.

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ANEXO) DESCREVE DE FORMA PORMENORIZADA OS SERVIÇOS QUE DEVEM SER EXECUTADOS NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, BEM COMO A SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ORDENS DE SERVIÇO DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- Os critérios de sustentabilidade adotadas nesta contratação encontram-se pormenorizados no item 2.10 do Estudo Técnico Preliminar, anexo.
- Em linhas gerais, observou-se a Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que estabelece diretrizes para integrar a sustentabilidade nas atividades do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), visando a preservação ambiental, eficiência no uso de recursos e responsabilidade social.
- Neste sentido, a contratação de serviços seguiu um planejamento que prioriza a durabilidade dos materiais, a eficiência dos sistemas prediais e a redução do consumo de recursos naturais, além de minimizar impactos ambientais e reduzir custos operacionais. A escolha de fornecedores será feita de forma transparente, competitiva e com critérios econômicos sustentáveis, evitando práticas monopolísticas e favorecendo uma concorrência saudável. O processo de contratação será conduzido de maneira ética, com a exigência de documentos que comprovem a conformidade legal e regulatória da empresa contratada. Isso contribui para a criação de ambientes de trabalho adequados e produtivos, alinhados com os princípios de responsabilidade ambiental, eficiência econômica e integridade ética.
- A contratação também segue a Instrução Normativa SEDGGD/ME nº 73/2020, mas, devido às características específicas das unidades atendidas, não foram encontradas cotações similares para parâmetros de custos.
- Quanto à gestão de resíduos da construção civil, a empresa contratada deverá fornecer documentação comprobatória da destinação final adequada, como relatórios e certificados de destinação, além de comprovar que os resíduos são encaminhados para locais licenciados, como aterros sanitários ou unidades de reciclagem. O não cumprimento dessas exigências pode acarretar penalidades, assegurando a conformidade com a legislação ambiental e a proteção do meio ambiente.

SUBCONTRATAÇÃO

- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DOS SERVIÇOS

- Os serviços descritos neste Plano de Manutenção Predial Preventiva e os executados por meio de Ordens de Serviço (Manutenção corretiva) serão garantidos pela empresa executora, sendo esta responsável por eventuais falhas ou defeito no trabalho realizado e eventuais danos decorrentes destas falhas ou defeitos, que serão corrigidos sem custo adicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Essa garantia cobre tanto a mão de obra quanto os materiais utilizados, excluindo-se danos causados por mau uso ou eventos imprevisíveis.
- O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- Não se vislumbra a necessidade técnica de exigência da garantia da contratação (art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), exceto nos casos expressos de exigência conforme ATO 165, de 06 de junho de 2023.

VISTORIA

- A avaliação prévia do local de execução dos serviços, embora não seja obrigatória, é de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, a ser agendada através de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, através do telefone 41 3310 7730 ou 3310 7037 – com Eng Benedy ou Arq. Cláudia, e-mail manutencao@trt9.jus.br.
- Cada lote inclui diversos imóveis, e embora a vistoria prévia não seja obrigatória, pode ser inviável realizá-la em todos eles. Diante disso, destacamos que o imóvel onde está situado o Fórum Trabalhista, localizado na sede de cada lote, é o maior do grupo. Assim, caso a licitante tenha interesse, esse imóvel pode ser uma alternativa viável para a vistoria prévia.
- Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

PRAZOS:

- **Reunião Inicial:** Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato ocorrerá uma REUNIÃO INICIAL entre a contratada e os fiscais do contrato, nas dependências da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, na Av. Vicente Machado nº 147 – 1ª andar – Curitiba/PR.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

A empresa **DEVE APRESENTAR EM ATÉ 10 DIAS ÚTEIS** após a assinatura do contrato, preferencialmente na ocasião da reunião inicial:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida;
- b) A equipe técnica mínima, com a devida comprovação de vínculo empregatício composta de:
 - Encarregado;
 - Eletricista;
 - Pintor
 - 02 Pedreiros.

**Os profissionais mencionados devem ser os responsáveis por realizar as atividades durante a vigência do contrato. Se houver a necessidade de substituição, a contratada deve solicitar formalmente à fiscalização, fornecendo as informações do novo colaborador, seu vínculo empregatício e a conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR).*

- c) Os comprovantes de regularidade com a NR 35 (estabelece diretrizes de segurança para trabalhos em altura, definindo requisitos para a proteção dos trabalhadores que realizam atividades em locais elevados) para todos os funcionários elencados na equipe técnica mínima e NR 10 (que estabelece diretrizes para a segurança em instalações e serviços em eletricidade. O objetivo principal da norma é garantir a proteção dos trabalhadores que atuam com eletricidade, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais), esta em especial dos profissionais que executarão serviços em altura e em instalações elétricas;

MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Início da execução das MANUTENÇÕES PREVENTIVAS em até 10 dias úteis após a reunião inicial. As manutenções serão realizadas de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo, referente a cada lote.

- a) A Contratada deverá identificar os profissionais necessários e organizar suas equipes de trabalho com base na complexidade, no volume de serviços e no prazo estabelecido no cronograma para a execução em cada unidade. Vale destacar que há uma quantidade maior de serviços planejados para a manutenção preventiva do tipo A em comparação com a do tipo B, o que justifica a definição de prazos diferentes para cada um.
- b) Deverá ser fornecida à Fiscalização do contrato, até 2 (dois) dias úteis antes do início de cada intervenção, salvo situações excepcionais, listagem com nome completo e RG dos funcionários envolvidos nos serviços pela Contratada, para fins de controle de acesso ao local.

A CONTRATADA DEVERÁ MANTER TANTAS EQUIPES QUANTAS FOREM NECESSÁRIAS PARA CUMPRIR O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS - ANEXO.
VALE RESSALTAR QUE A DIVISÃO EM LOTES NÃO IMPEDE QUE UMA MESMA EMPRESA SEJA CONTRATADA PARA MAIS DE UM LOTE. NESSA SITUAÇÃO, A EMPRESA PRECISA TER A ESTRUTURA NECESSÁRIA (EQUIPE, MATERIAIS E RECURSOS) PARA REALIZAR OS SERVIÇOS SIMULTANEAMENTE, UMA VEZ QUE OS CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS DOS LOTES PODEM COINCIDIR.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

MANUTENÇÃO CORRETIVA: O início da intervenção dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após a confirmação do recebimento ou aviso de leitura da respectiva ORDEM DE SERVIÇO, pela empresa Contratada, da correspondência eletrônica contendo a Ordem de Serviço, ou no prazo estipulado na Ordem de Serviço, se diverso.

- a) No prazo de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para início da intervenção, a Contratada poderá solicitar esclarecimentos e contestar o prazo ou a planilha encaminhada junto à Ordem de Serviço pelo Contratante, o qual deliberará quanto à necessidade técnica de sua complementação ou adequação.
- b) Nesse caso, após manifestação do Contratante, terá reinício a contagem do prazo de início da execução.
- c) É vedada a solicitação de esclarecimentos ou contestação da Ordem de Serviço com intuito meramente protelatório, sob pena de aplicação de penalidade.
- d) Após o prazo de contestação, somente será admitida a alteração dos serviços previstos na planilha se decorrentes de fato superveniente, cujo conhecimento não era possível antes do início da execução dos serviços, ou por solicitação da Fiscalização do contrato.
- e) Nesse caso, a execução do serviço não previsto também está condicionada à autorização expressa da Fiscalização do contrato.
- f) Após iniciada a execução da Ordem de Serviço, caso seja necessário acrescentar novos serviços, no interesse da Administração, esses serão objeto de prévia aferição e posterior inserção na Ordem de Serviço.
- g) A Contratada deverá definir os profissionais necessários e dimensionar suas equipes de trabalho de acordo com a complexidade, o volume de serviços e o prazo de cada Ordem de Serviço a ser executada.
- h) Deverá ser fornecida à Fiscalização do contrato, **até 2 (dois) dias úteis antes do início de cada intervenção**, salvo situações excepcionais, listagem com nome completo e RG dos funcionários envolvidos nos serviços pela Contratada, para fins de controle de acesso ao local.
- i) Na data de início da execução da Ordem de Serviço, ou em data apazada entre as partes, será realizada reunião no local da intervenção, entre o preposto da empresa e a Fiscalização, a fim de dirimir eventuais dúvidas a respeito da execução do serviço.

A CONTRATADA DEVERÁ MANTER TANTAS EQUIPES QUANTAS FOREM NECESSÁRIAS PARA CUMPRIR O PRAZO DE EXECUÇÃO DE CADA ORDEM DE SERVIÇO.

VALE RESSALTAR QUE A DIVISÃO EM LOTES NÃO IMPEDE QUE UMA MESMA EMPRESA SEJA CONTRATADA PARA MAIS DE UM LOTE. NESSA SITUAÇÃO, A EMPRESA PRECISA TER A ESTRUTURA NECESSÁRIA (EQUIPE, MATERIAIS E RECURSOS) PARA REALIZAR OS SERVIÇOS SIMULTANEAMENTE, UMA VEZ É POSSÍVEL QUE SEJAM EMITIDAS ORDENS DE SERVIÇO PARA MAIS DE UM LOTE AO MESMO TEMPO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- As exigências de comprovação de qualificação técnica, bem como as justificativas de inclusão destas neste edital, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

O contrato estabelece a **realização planejada e regular de manutenções preventivas** (conforme cronograma anexo), com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos e estruturas do prédio. As atividades incluem inspeções periódicas, revisão de coberturas e esquadrias, limpeza de calçadas, muros e gradis, limpeza de caixas de gordura, manutenção de usinas fotovoltaicas e serviços elétricos, como a manutenção de subestações e ajustes nos quadros de energia. Serão realizadas duas manutenções preventivas por unidade judiciária ao longo de 12 meses, com intervalos de cerca de 6 meses. As visitas são classificadas em dois tipos (A e B), conforme as necessidades de cada serviço, detalhadas na PLANILHA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA.

Tipo A: Envolve vistorias completas realizadas por profissionais qualificados, focando na segurança das instalações e na detecção de possíveis falhas. Inclui a inspeção das coberturas (limpeza de calhas, revisão e aplicação de selantes), esquadrias (verificação de funcionamento e vedação), limpeza de áreas externas (muros, calçadas e pavimentos com máquina de alta pressão), e manutenção de placas solares (limpeza e cuidados específicos). Também inclui manutenção preventiva nas subestações e quadros elétricos (verificação de disjuntores, conexões e aterramento).

Tipo B: Realiza atividades similares ao Tipo A, com foco em manutenção mais leve, como a limpeza de calçadas, revisão de coberturas, e a limpeza de caixas de gordura, visando evitar entupimentos e problemas de drenagem.

5.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA:

A manutenção corretiva é um processo essencial que se inicia com a **emissão de ordens de serviço**, geradas após a identificação de problemas ou necessidades em sistemas e equipamentos. O objetivo principal é restaurar o funcionamento adequado das instalações, abordando consertos de danos, melhorias e atendimentos de emergência. Esse enfoque assegura que qualquer questão que possa comprometer a segurança ou a operação do edifício seja resolvida de forma ágil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Durante as manutenções preventivas, a equipe deve relatar à fiscalização quaisquer necessidades de reparo, o que pode gerar Ordens de Serviço para manutenção corretiva. A fiscalização também pode emitir ordens conforme novas demandas. A manutenção corretiva abrange serviços como intervenções em leiaute, adequação à acessibilidade, instalação de equipamentos, reparos em estruturas, impermeabilizações, pintura, e manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos.

ORDENS DE SERVIÇO

As ordens de serviço serão emitidas a partir da identificação das necessidades, e visam às adequações das instalações dos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, tendo como finalidade a conservação, a segurança, a operacionalidade e o adequado funcionamento das referidas edificações, em resposta às demandas que possam surgir. As ordens de serviço serão elaboradas com base nos serviços e materiais do SINAPI/TCPO. Os quantitativos serão levantados conforme as novas necessidades.

Cada Ordem de Serviço deve incluir informações detalhadas, como:

- Local da execução.
- Valores estimados.
- Prazos e natureza dos serviços.
- Acompanhamento de planilhas, leiautes, projetos e memoriais descritivos, quando aplicável.

As manutenções corretivas devem ser realizadas dentro do prazo estipulado na Ordem de Serviço, considerando a complexidade e particularidades da intervenção, como horários e condições climáticas.

Caso o prazo para realização da Ordem de Serviço seja superior a 30 (trinta) dias, constará na Ordem de Serviço o respectivo cronograma financeiro de execução.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
 - a) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
 - b) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
 - c) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
 - d) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- a) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
 - a) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
 - b) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
 - c) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados,
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro constante da Ordem de Serviço, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - a) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - b) O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
 - a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- b) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 - c) O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))
 - d) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - a) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - b) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
 - c) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - d) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 - b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos [do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
 - a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do [art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- **O envio dos documentos fiscais (NF-e = Danfe, NFS-e, CT-e, recibo etc), para fins de recebimento pelos bens ou serviços prestados a este Tribunal somente será aceito desde que efetuado pelo Portal Sigeo da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal->**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

externo. Para tanto, necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 5 (cinco) dias a contar do início da vigência da contratação.

- **As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos podem ser acessadas no link <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/7161768>.**
- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO OFERTADO** sobre a tabela SINAPI para o estado do Paraná, ONERADA, sobre a qual será aplicado BDI.
- BDI: a contratada deverá apresentar a composição do BDI, conforme planilha anexa.

9. PREÇO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

LOTE	REGIONAL	TOTAL MANUTENÇÃO PREVENTIVA	TOTAL MANUTENÇÃO CORRETIVA	TOTAL POR LOTE
1	PONTA GROSSA	120.000,00	150.000,00	270.000,00
2	CASCADEL	250.000,00	200.000,00	450.000,00
3	CURITIBA	515.000,00	500.000,00	1.015.000,00
4	MARINGÁ	170.000,00	200.000,00	370.000,00
5	LONDRINA	275.000,00	200.000,00	475.000,00
TOTAL 5 LOTES		1.330.000,00	1.250.000,00	2.580.000,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

9.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- A execução da manutenção preventiva foi precificada considerando a realização de serviços específicos, em quantidades específicas de acordo com cada imóvel, conforme Planilhas de Manutenção Preventiva anexas.
- Prevê-se a execução de duas manutenções em cada unidade judiciária ao longo de 12 meses, com um intervalo aproximado de 6 meses entre elas (conforme cronograma anexo).

9.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA

- Os valores indicados na planilha acima serão os reservados pela administração para utilização em cada lote, mediante emissão das Ordens de Serviço.
- A Manutenção Corretiva será executada a partir da emissão de Ordens de Serviço, elaboradas com base nos serviços e insumos na Tabela SINAPI (Estado do Paraná, ONERADA), tendo a referência do mês de realização da licitação, ou a versão imediatamente anterior a esta, prevalecendo a última publicada pela CEF, a qual terá validade durante o período de vigência do Contrato, sem qualquer substituição/alteração. **O DESCONTO OFERECIDO PELA LICITANTE SERÁ APLICADO SOBRE AS PLANILHAS SINAPI (DE FORMA LINEAR) ACRESCIDO DE BDI, RESULTANDO NOS VALORES A SEREM PAGAS À CONTRATADA POR CADA SERVIÇO QUE IRÁ COMPOR AS ORDENS DE SERVIÇO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA.**
- Poderão ser utilizados nas composições dos serviços todos os insumos e mão de obra previstos na Tabela do SINAPI.
- A Tabela SINAPI poderá ser acessada pelo seguinte link: <https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>. Os interessados poderão solicitar a última versão da tabela ou auxílio para obtê-la no site à Secretaria de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail manutencao@trt.9.jus.br ou telefone (41) 3310-7030.
- Na hipótese de serviços que não tenham preços unitários contemplados na Tabela SINAPI, a Contratada submeterá a composição de custos à aprovação da Contratante utilizando na composição dos preços os valores dos serviços e insumos da tabela PINI TCPO ou, na falta deles, do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO. Nesse caso, esses dados serão da mesma data da tabela SINAPI utilizada no contrato.
- Caso não sejam localizados preços com base nos critérios acima, será realizada pesquisa com no mínimo 3 (três) empresas do ramo, sendo aceito o menor preço entre as 3 (três) propostas validadas pelo TRT 9.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

10. LOCAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As manutenções preventivas e corretiva poderão ser executadas em qualquer imóvel do TRT abaixo listados, ou que venha a integrá-la futuramente, conforme seja constatada sua necessidade.

Lote 01
Regional PONTA GROSSA (07 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Castro	Rua Dom Pedro II, 1027 - Centro
Fórum do Trabalho de Guarapuava	Rua Afonso Botelho 104 - Trianon
Vara do Trabalho de Irati	Rua Lino Esculápio, 1260 - Rio Bonito
Fórum do Trabalho de Ponta Grossa	Av. Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Olaria
Vara do Trabalho Itinerante de São Mateus do Sul (Vinculada à Vara do Trabalho de União da Vitória)	Rua Dom Pedro II, 842/844, - Centro
Vara do Trabalho de Telêmaco Borba	Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 344 - Macapá
Vara do Trabalho de União da Vitória	Rua Coronel João Gualberto, 330 - Centro

Lote 2
Regional CASCABEL (12 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand	Avenida Cívica, 260 - Centro Cívico
Fórum do Trabalho de Cascavel	Rua Galibis, 328 - Jardim Santo Onofre
Vara do Trabalho de Dois Vizinhos	Rua Rio Grande do Norte, 240 –Nossa Sra. de Lourdes
Fórum do Trabalho de Foz do Iguaçu	Avenida Paraná, 3710 - Centro
Fórum do Trabalho de Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 - Centro
Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1.975 - Centro
Vara do Trabalho de Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Mayer, 799 - Centro
Posto Avançado Medianeira	Avenida Pedro Soccol, 2500 - Nazaré
Vara do Trabalho de Palmas	Rua Capitão Paulo de Araújo, 563
Posto Avançado de Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade - Bloco Central
Fórum do Trabalho de Pato Branco	Rua Paraná, 1547
Fórum do Trabalho de Toledo	Rua Dra. Zilda Arns Neumann ,850 - Jardim Tocantins

Lote 3
Regional CURITIBA (10 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede Administrativa	Avenida Vicente Machado, 147, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba	Avenida Vicente Machado, 400, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba - Anexo	Avenida Vicente Machado, 362, Centro - Curitiba
Edifício Sede do TRT da 9ª Região	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro - Curitiba
Sede Complexo do Cajuru	Rua Vidal Natividade da Silva, 600, Bairro Cajuru - Curitiba
Fórum do Trabalho de Araucária	Rua Alfredo Charvet, 862 - Bairro Vila Nova



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Vara do Trabalho de Campo Largo	Avenida Padre Natal Pigatto, 1675, Vila Elizabeth
Fórum do Trabalho de Colombo	Rua José Cavassin, 125, Centro
Vara do Trabalho de Pinhais	Rua América Do Sul, 629 c/ Av. Ayrton Senna da Silva, Vila Irene
Fórum do Trabalho de São José dos Pinhais	Rua das Nações Unidas, 1101, com Rua Joaquim Nabuco, Bairro Jardim
Fórum do Trabalho de Paranaguá	Rua Odilon Mader esquina com Rua Manoel Pereira, Vila Raia

Lote 4

Regional MARINGÁ (9 unidades)

UNIDADES	ENDEREÇO
Fórum Trabalhista de Maringá	Avenida Gastão Vidigal, 823. Aeroporto.
Fórum Trabalhista de Umuarama	Avenida Rio Branco, 3700. Centro Cívico.
Posto de atendimento de Loanda	Avenida Munhoz da Rocha, 1483. Centro.
Posto de atendimento de Pitanga	Rua Caetano Munhoz da Rocha, 423.
Vara do Trabalho de Campo Mourão	Avenida Goioerê, 779. Centro.
Vara do Trabalho de Cianorte	Travessa Itororó, 188. Centro.
Vara do Trabalho de Ivaiporã	Avenida Brasil, 345.
Vara do Trabalho de Nova Esperança	Praça Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 236. Centro.
Vara do Trabalho de Paranavaí	Rua Antonio Vendramin, 2150. Jardim Ibirapuera.

Lote 5

Regional LONDRINA (13 unidades)

UNIDADES	ENDEREÇO
FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA	Avenida Central do Paraná, 1380. Jardim Diamantina.
FÓRUM TRABALHISTA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	Avenida XV de novembro, 830.
FÓRUM TRABALHISTA DE LONDRINA	Avenida do Café, 600.
POSTO DE ATENDIMENTO DE IBAITI	Rua Euclides Monteiro, 739. Centro.
VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS	Rua Harpia, 405. Centro.
VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Rua Treze de Maio, s/n. Praça São Benedito.
VARA DO TRABALHO DE BANDEIRANTES	Rua Eunício Silva Novaes, 7111.
VARA DO TRABALHO DE CAMBÉ	Avenida Esperança, 360.
VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO	Rua Dom Fernando Tadei, 1636. Centro.
VARA DO TRABALHO DE JAGUARIAÍVA	Rua Tenente Coronel Joaquim Carneiro, 331. Centro.
VARA DO TRABALHO DE PORECATU	Avenida Paranapanema, 252. Jardim Bela Vista.
VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA	Avendia Presidente Vargas, 2270. Centro.
VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ	Rua Expedicionário, 20.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA];

II) O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme itens SIGEO:

Lote 1 – Setorial Ponta Grossa: SIGEO 380;

Lote 2 – Setorial Cascavel: SIGEO 378;

Lote 3 – Setorial Curitiba: SIGEO 373;

Lote 4 – Setorial Maringá: SIGEO 376;

Lote 5 – Setorial Londrina: SIGEO 382.

12. REAJUSTE

- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês outubro do ano de 2024.
- Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC DI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- O reajuste será realizado por apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

13.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

13.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

13.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.12 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

13.13 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

13.14 Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

13.15 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

13.16 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13.17 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.18 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

14.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

14.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

14.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.8 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

14.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

14.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

14.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.16 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

14.17 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

14.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

14.22 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.23 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

14.24 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14.25 Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

14.26 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

14.27 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

14.28 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

14.29 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

14.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

14.31 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- 14.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 14.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 14.34 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 14.35 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 14.36 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital, em plena validade.
- 14.37 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 14.38 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro Responsável ou preposto, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 14.39 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 14.40 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 14.40.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 14.40.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.41 De acordo com a Portaria MMA nº 280 de 29/06/2020, que trata da gestão de resíduos sólidos e da destinação final adequada de resíduos, a empresa contratada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos deve fornecer documentação comprobatória da destinação final adequada desses resíduos. A empresa contratada deve apresentar os seguintes documentos:

- Relatório de Destinação Final dos Resíduos: Este relatório deve comprovar que os resíduos coletados foram encaminhados para locais licenciados, como aterros sanitários, unidades de reciclagem ou outros locais adequados, conforme a natureza do resíduo.
- Certificado de Destinação: As empresas devem apresentar notas fiscais ou documentos equivalentes que comprovem a entrega dos resíduos a operadores licenciados ou empresas habilitadas para dar o tratamento adequado. Esse documento deve ser emitido pelo estabelecimento receptor (por exemplo, o aterro sanitário ou unidade de tratamento) que receba os resíduos e que esteja de acordo com a legislação ambiental vigente.
- Licenciamento Ambiental: A empresa responsável pela destinação final dos resíduos deve estar devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes para operar a destinação ou o tratamento dos resíduos. A comprovação disso também deve ser fornecida.

*Esses documentos visam garantir que a destinação dos resíduos seja realizada de forma ambientalmente adequada, conforme a legislação brasileira de gestão de resíduos sólidos, evitando danos ao meio ambiente e a saúde pública. Portanto, a empresa contratada deve apresentar esses comprovantes sempre que solicitado, e o não cumprimento das exigências pode implicar em penalidades, tanto para a empresa contratada quanto para a contratante, no caso de não verificação da destinação adequada dos resíduos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- 14.42 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 14.43 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
 - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 14.44 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 14.45 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 14.46 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - d) Multa:
 - 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

15.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2025.

Anadélia Trentini Campara

Coordenadoria de Projetos e Planejamentos

Adriana Medeiros

Secretaria de Engenharia e Arquitetura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: contratação de empresa especializada para **MANUTENÇÃO PREDIAL – PREVENTIVA E CORRETIVA – NOS IMÓVEIS DO TRT9**, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

DATA: FEVEREIRO/2025

1. Descrição da necessidade da contratação:

- 1.1 O objetivo deste estudo preliminar é a contratação de uma empresa de engenharia para a realização de manutenções preventivas e corretivas em edificações, abrangendo tanto aspectos civis quanto elétricos.
- 1.2 A existência de um contrato de manutenção preventiva e corretiva em imóveis públicos é fundamental por diversas razões. Primeiro, garante a segurança e a integridade das edificações, prevenindo acidentes e protegendo a vida dos usuários. Além disso, a manutenção preventiva ajuda a prolongar a vida útil dos ativos públicos, evitando desgastes e danos maiores que podem resultar em custos elevados de reparo. Outro aspecto importante é a eficiência no uso de recursos públicos. Com a manutenção adequada, é possível reduzir gastos com emergências e reparos não planejados. Também promove a continuidade dos serviços oferecidos pela instituição, evitando interrupções que possam impactar a população. Além disso, um contrato bem estruturado assegura a conformidade com normas e regulamentos, promovendo a responsabilidade na gestão dos bens públicos.
- 1.3 Neste sentido, a Resolução CSJT 365/2023 inclui diretrizes sobre a manutenção predial, reconhecendo sua importância para garantir a segurança, funcionalidade e eficiência dos edifícios da Justiça do Trabalho. O conceito de manutenção predial, segundo a resolução, refere-se a um conjunto de ações que visam conservar, reparar e preservar as instalações e equipamentos dos prédios, assegurando condições adequadas de trabalho para servidores e magistrados. A resolução enfatiza a necessidade de elaboração de planos de manutenção que contemplem aspectos preventivos e corretivos, promovendo uma gestão eficiente dos recursos e melhorando a sustentabilidade dos espaços. A ideia é não apenas manter a estrutura física, mas também promover um ambiente que favoreça o atendimento ao público e a efetividade da Justiça.
- 1.4 Em relação às manutenções preventivas, o contrato estabelece visitas programadas às unidades para a execução de manutenções essenciais à segurança, funcionalidade e durabilidade das edificações. Essas manutenções ocorrerão semestralmente em cada unidade do lote, com uma execução do tipo A e outra do tipo B, cada uma contendo serviços específicos a serem realizados. Durante essas visitas, os profissionais realizarão atividades pré-definidas, que incluem a inspeção de coberturas e esquadrias, limpeza de muros, gradis e calçadas, além da limpeza de caixas de gordura e placas de usinas fotovoltaicas, e manutenção de subestações de energia, com o intuito de preservar as estruturas e prevenir problemas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- 1.5 Em relação à manutenção corretiva, serão realizadas de acordo com as Ordens de Serviço, emitidas a partir da identificação das necessidades, e visam às adequações das instalações dos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, tendo como finalidade a conservação, a segurança, a operacionalidade e o adequado funcionamento das referidas edificações, em resposta às demandas que possam surgir. As ordens de serviço serão elaboradas com base nos serviços e materiais do SINAPI/TCPO. Os quantitativos serão levantados conforme as demandas do último exercício, e podem ser alterados conforme as novas necessidades.
- 1.6 Optou-se pela divisão desta contratação em lotes, considerando que o objeto deve atender a diversas unidades localizadas em todo o estado do Paraná. Cada lote abrange um conjunto de unidades (municípios), considerando a sua localização geográfica. Essa abordagem permite que pequenas e médias empresas participem, aumentando a concorrência e resultando em propostas mais vantajosas. Os lotes atendem necessidades específicas de diferentes regiões, minimizando riscos associados a um único fornecedor. Além disso, essa divisão pode acelerar a execução de serviços, facilitar a gestão e fiscalização, e incentivar a inovação entre os concorrentes. Com mais competição, há potencial para melhores preços e condições, otimizando recursos públicos e garantindo um atendimento eficaz às demandas da população.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, I: "I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;" c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, I: "I – a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido;" Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33, § 1º da Res. CSJT 364/2023.

2. Descrição dos requisitos da contratação

2.1 MODELO DO CONTRATO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Será realizada de forma planejada e regular, com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos e estruturas do prédio. As atividades incluem as inspeções periódicas, revisão de elementos como coberturas e esquadrias, limpeza e conservação de calçadas, muros e gradis de fechamento do terreno, limpeza de caixas de gordura, limpeza de placas de usinas de geração fotovoltaica e serviços de natureza elétrica, como manutenção em subestação de energia e revisão/ajuste/reaperto dos quadros de energia.

Este contrato prevê a execução de duas (2) manutenções preventivas em cada unidade judiciária (imóvel do TRT) ao longo de 12 meses, com intervalo de 6 meses aproximadamente. A divisão dos lotes, bem como a lista com as unidades e respectivos endereços encontra-se no item LOCAL DE EXECUÇÃO, adiante.

Com base nas necessidades de cada serviço previsto nas visitas de manutenção preventiva e visando otimizar os recursos utilizados, as atividades foram classificadas em duas categorias de visita: tipo A e tipo B. Durante essas visitas, serão realizados os serviços listados na planilha anexa, intitulada PLANILHA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, da seguinte maneira:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

TIPO A

A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS NAS INSTALAÇÕES será essencial para garantir a segurança, funcionalidade e conformidade das infraestruturas. Este processo envolverá a inspeção sistemática de componentes, seguindo um checklist específico ANEXO – PLANILHA DE INSPEÇÃO PREDIAL, e deve ser conduzido por profissionais qualificados, Engenheiro ou profissional cujas prerrogativas profissionais sejam equivalentes.

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se 1 hora técnica (engenheiro) para cada 120 m² para imóveis padrão, e 1 hora para cada 200m² para os imóveis tipo barracão.

A vistoria identificará problemas existentes e potenciais, como desgastes e riscos elétricos, assegurando que as instalações estejam em boas condições e em conformidade com normas regulatórias. Os resultados serão documentados em um Relatório Descritivo e um Relatório Fotográfico, fornecendo evidências visuais e descritivas da condição das instalações, fundamentais para futuras referências e tomadas de decisão.

- d) Antes da vistoria, é importante revisar o checklist anexo (planilha de inspeção predial), que deve incluir itens essenciais a serem inspecionados, como sistemas elétricos, estruturas, sistemas de segurança e acessibilidade.
- e) O técnico capacitado realizará uma inspeção visual detalhada, observando sinais de desgaste, corrosão, falhas e condições de segurança em todas as áreas relevantes. Podem ser realizados testes e medições para avaliar o desempenho dos sistemas, como testes de resistência elétrica e medições de segurança.
- f) O resultado da inspeção predial deve estar evidenciado no check list (planilha de inspeção predial) e no relatório Descritivo e Fotográfico que será elaborado e entregue ao final da Manutenção Preventiva tipo A.

REVISÃO NAS COBERTURAS, sendo esta uma atividade crucial da manutenção preventiva de edificações, pois as coberturas desempenham um papel fundamental na proteção contra intempéries e na conservação dos ambientes internos. Realizar a revisão nas coberturas de maneira sistemática não só prolonga a vida útil do imóvel, mas também previne problemas maiores e mais caros no futuro, assegurando a segurança e o conforto dos usuários. Além disso, essa prática contribui para a preservação do valor do patrimônio público.

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se a área total da cobertura do imóvel para coberturas com até 500 m², e área total da cobertura/4 para áreas de cobertura superiores a 500,00 m².

Este processo abrange várias etapas importantes:

- g) Limpeza de Calhas: é essencial para garantir que a água da chuva seja corretamente escoada. Durante essa atividade, os resíduos acumulados, como folhas, sujeira e detritos, serão removidos de forma cuidadosa e ensacados, evitando obstruções que poderiam levar a infiltrações ou danos estruturais.
- h) Revisão Geral da Cobertura: realização de inspeção minuciosa da cobertura permitindo identificar possíveis desgastes, fissuras ou áreas vulneráveis que necessitam de reparos. Essa revisão é importante para detectar problemas antes que se agravem, assegurando a integridade do sistema de cobertura.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- i) Aplicação de Selante em Calhas e Rufos: A aplicação de selante em calhas e rufos é uma medida preventiva que ajuda a evitar infiltrações. Esses elementos são propensos a vazamentos, e a manutenção regular, com a aplicação de produtos adequados, garante que esses pontos críticos estejam devidamente vedados.

A INSPEÇÃO EM ESQUADRIAS, sendo etapa fundamental da manutenção preventiva em edificações, pois esses elementos desempenham um papel crucial na proteção contra fatores externos, como intempéries, ruídos e intrusões. Realizar a inspeção periódica das esquadrias não apenas previne danos maiores e custos adicionais com reparos, mas também assegura que as edificações mantenham um ambiente interno confortável e seguro. Essa prática é especialmente importante em imóveis públicos, onde a preservação e a funcionalidade são essenciais para o atendimento à comunidade. Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se uma esquadria (3,00 m²) a cada 30 m² de área construída (para imóveis convencionais) e uma esquadria (3,00 m²) para cada 100,00m² de área construída (para imóveis tipo barracão).

Essa inspeção envolve várias atividades essenciais:

- j) Verificação do Funcionamento e da vedação: será avaliado se todas as esquadrias (janelas, portas e persianas) estão operando corretamente. Isso inclui checar o funcionamento de dobradiças, fechaduras, mecanismos de abertura e fechamento, garantindo que não haja obstruções ou desgastes que possam comprometer a segurança e a funcionalidade. A inspeção deve verificar ainda as condições de vedação das esquadrias, vital para evitar infiltrações de água e entrada de ar, o que pode resultar em problemas de umidade e desconforto térmico. A inspeção deve identificar áreas onde a vedação esteja comprometida, como fissuras ou lacunas entre a esquadria e a parede.
- k) Aplicação de Selante: Onde for detectada a necessidade será aplicado selante, como ação preventiva importante. O selante ajuda a criar uma barreira contra a entrada de água e ar, melhorando a eficiência energética da edificação e contribuindo para a durabilidade dos materiais.

A LIMPEZA DE MUROS, MURETAS, GRADES E GRADIS é fundamental para a manutenção estética e funcional de edificações e espaços públicos. Utilizando máquina lavadora de alta pressão, essa prática remove sujeira, manchas, mofos e algas, que comprometem tanto a aparência quanto a integridade dos materiais. A limpeza regular preserva as superfícies, previne degradação e problemas estruturais, como infiltrações. Além de melhorar a estética, contribui para a valorização do imóvel e promove uma imagem positiva para a comunidade. O uso da máquina torna o processo mais rápido e eficiente, permitindo tratar grandes áreas com melhores resultados.

A empresa deve fornecer todos os materiais e equipamentos para realizar a limpeza de muros, muretas, grades e gradis como a máquina lavadora de alta pressão, mangueira de água, escova de cerdas duras e equipamentos de proteção individual (luvas, óculos de proteção, máscara).

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se lavagem em uma face quando muro de divisa, em duas faces quando muro interno ao terreno.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Este processo abrange várias etapas importantes:

- l) Preparação do local: remover objetos, veículos ou móveis próximos que possam ser danificados pela pressão da água. Verificar se há eletricidade exposta ou fiações que possam ser afetadas.
- m) Inspeção das superfícies: examinar muros, muretas, grades e gradis para identificar áreas com sujeira acumulada, manchas ou mofo.
- n) Escolha da pressão: ajustar a máquina lavadora para a pressão adequada, geralmente entre 1000 e 2000 PSI, dependendo do material. Materiais mais delicados, como madeira, exigem menor pressão.
- o) Limpeza com máquina lavadora: conectar a mangueira de água à máquina e iniciar a lavação, de cima para baixo, mantendo a máquina a uma distância segura da superfície (geralmente entre 30 a 60 cm), em movimentos suaves e uniformes para evitar danos à superfície.
- p) Secagem e finalização: deixar as superfícies secarem naturalmente. Verificar se há áreas que necessitam de mais atenção e repetir a limpeza, se necessário.

LIMPEZA DE CALÇADAS E ÁREAS PAVIMENTADAS: A limpeza de calçadas e áreas pavimentadas é essencial para manter a estética e a funcionalidade de edificações e espaços públicos. Com o uso de uma máquina lavadora de alta pressão, é possível remover sujeira, manchas, mofo e algas, que afetam tanto a aparência quanto a integridade dos materiais. A limpeza regular ajuda a preservar as superfícies, previne a degradação, melhora a estética, valoriza o imóvel e promove uma imagem positiva para a comunidade. A utilização da máquina torna o processo mais rápido e eficiente, permitindo que grandes áreas sejam tratadas com resultados superiores.

A empresa deve fornecer todos os materiais e equipamentos para realizar a limpeza de calçada e áreas pavimentadas e equipamentos de proteção individual (luvas, óculos de proteção, máscara).

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se a área total pavimentada interna ao terreno (calçadas e áreas de estacionamento) passíveis de lavagem.

Este processo abrange várias etapas importantes:

- q) Preparação do local: remover objetos, veículos ou móveis próximos que possam ser danificados pela pressão da água. Verificar se há eletricidade exposta ou fiações que possam ser afetadas.
- r) Inspeção das superfícies: examinar muros, muretas, grades e gradis para identificar áreas com sujeira acumulada, manchas ou mofo.
- s) Para aplicar o ácido muriático com segurança, é essencial ler atentamente o rótulo para entender os ingredientes e as instruções de uso, além de verificar o tempo de ação e os cuidados em caso de acidente. Sempre usar luvas de borracha, máscara descartável e, se possível, óculos de proteção, pois o ácido pode liberar gases tóxicos e prejudicar a pele. Além disso, vestir roupas de manga longa, calça e sapatos fechados para evitar o contato com a pele. O ácido deve ser diluído com água (geralmente 1 parte de ácido para 10 partes de água) para prevenir danos às superfícies, e é importante respeitar o tempo indicado no rótulo para evitar efeitos adversos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- t) Escolha da pressão: ajustar a máquina lavadora para a pressão adequada, geralmente entre 1000 e 2000 PSI, dependendo do material.
- u) Limpeza com máquina lavadora: conectar a mangueira de água à máquina e iniciar a lavação, mantendo a máquina a uma distância segura da superfície (geralmente entre 30 a 60 cm), em movimentos suaves e uniformes para evitar danos à superfície.
- v) Secagem e finalização: deixar as superfícies secarem naturalmente. Verificar se há áreas que necessitam de mais atenção e repetir a limpeza, se necessário.

LIMPEZA DE PLACAS DE USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA é uma prática fundamental para garantir a eficiência e a performance desses sistemas. A manutenção das placas não apenas garante maior eficiência, mas também ajuda a prolongar sua vida útil. Resíduos, como poeira e poluição, podem causar danos a longo prazo se não forem removidos regularmente. A sujeira acumulada pode gerar pontos quentes nas placas, que ocorrem quando certas áreas da superfície não recebem luz suficiente. Isso pode danificar as células solares e levar a falhas no sistema.

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se a área total das placas de energia de geração fotovoltaica.

Procedimentos a serem adotados:

- a) Realizar a limpeza no início da manhã até as 10h e no fim da tarde, após as 16h, quando a temperatura das placas está mais baixa, com o objetivo de evitar choque térmico no contato com a água, e também em virtude de a geração de energia das placas ser menor nestes horários, reduzindo o risco de choques elétricos;
- b) Desligar o sistema na chave interruptora das string box, localizadas próximo aos inversores;
- c) Não é permitido pisar nas placas solares, o acesso deve ser feito pelas áreas no entorno das placas;
- d) Obrigatório o uso de EPI's, luvas de borracha de baixa tensão e bota de borracha;
- e) Obrigatório apresentar comprovante dos cursos de NR10 e NR35;
- f) Lavar as placas com água em abundância e detergente neutro, utilizando esponja, pano ou vassoura com cerdas macias, esfregando levemente para não danificar as placas;
- g) Enxaguar em abundância para evitar formação de manchas causadas pelo detergente
- h) Realizar a secagem das placas com rodo e pano macio;
- i) Religar a energia do sistema nas string box.

É importante garantir a segurança durante a limpeza. Isso inclui o correto desligamento dos sistemas (realizado por técnico capacitado), observação dos horários adequados para a realização dos serviços, uso de equipamentos de proteção individual e a adoção de precauções para evitar quedas ou acidentes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais e equipamentos para realizar a limpeza e providenciar (instalar), previamente à execução da primeira limpeza das placas solares, um ponto de água (com torneira de jardim) na cobertura do imóvel, de forma a viabilizar/facilitar a limpeza das placas.

SERVIÇOS ELÉTRICA – MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO, crucial para garantir a confiabilidade e a eficiência do sistema de distribuição de energia. A manutenção regular de uma subestação elétrica é fundamental para garantir seu funcionamento contínuo e confiável. Ela ajuda a prevenir falhas e interrupções no fornecimento de energia, reduzindo riscos de acidentes, como incêndios ou explosões, e protegendo tanto os operadores quanto a comunidade ao redor. Equipamentos bem mantidos operam de forma mais eficiente, resultando em menores perdas de energia e redução de custos operacionais. Além disso, a manutenção adequada prolonga a vida útil dos componentes, minimizando a necessidade de substituições dispendiosas. Por fim, as manutenções regulares garantem que a subestação esteja em conformidade com as normas e regulamentos do setor elétrico, assegurando um serviço seguro e eficaz.

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se uma unidade por subestação de energia.

Procedimentos a serem adotados:

- a) Para o início das atividades de manutenção, a contratada deverá obrigatoriamente solicitar o desligamento da energia junto à concessionária, definindo data e horário junto à fiscalização do TRT.
- b) Realizar termografia nos equipamentos e componentes da subestação, como transformadores, disjuntores, barramentos, chaves seccionadoras, incluindo verificação térmica de todas as fases e verificação da temperatura máxima admissível dos cabos, réguas de bornes, isoladores, conectores de alta tensão, cabos isolados, conexões mediante parafusos, conexões e barramentos de baixa tensão, corpo de fusíveis, TC's e TP's.
- c) Realizar verificação detalhada nos transformadores, observando o estado geral do equipamento, existência de corrosões e se há vazamento de óleo isolante.
- d) Realizar verificação detalhada nos disjuntores e chaves seccionadoras, verificando o sistema de acionamento, sinais de corrosão e aperto de parafusos.
- e) Realizar verificação dos aterramentos, garantindo que o sistema de aterramento esteja funcional e sem corrosão.
- f) Remover sujeira, poeira e detritos de equipamentos e componentes, como transformadores, barramentos e isoladores, para evitar fugas elétricas e garantir bom funcionamento.
- g) Realizar testes em equipamentos elétricos, como transformadores e disjuntores, para verificar seu desempenho e identificar problemas potenciais.
- h) Testar e calibrar sistemas de proteção e controle para garantir que eles funcionem corretamente em caso de falha.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- i) Manter registros detalhados de todas as atividades de manutenção, testes e inspeções, facilitando a rastreabilidade e planejamento de futuras intervenções.
- j) Garantir que todos os operadores e técnicos recebam treinamento adequado sobre os procedimentos de manutenção e segurança. Obrigatório certificado de participação no curso da NR 10 (Norma Regulamentadora 10) e utilização de EPI's (equipamentos de proteção individual).

Toda a manutenção e intervenção em subestações deve seguir as normas de segurança e os regulamentos vigentes, como a NR 10 (Norma Regulamentadora 10), que estabelece as diretrizes de segurança no trabalho com eletricidade, e a NBR 14039, que trata das instalações elétricas de média tensão. Essas normas definem os requisitos para o dimensionamento correto do sistema, a escolha de materiais e a execução das instalações, visando a segurança de pessoas e equipamentos.

SERVIÇOS ELÉTRICA – MANUTENÇÃO/REVISÃO/IDENTIFICAÇÃO DE QUADROS ELÉTRICOS: são etapas essenciais para garantir a segurança, eficiência e longevidade do sistema elétrico de uma edificação. Esses procedimentos não só previnem falhas e acidentes como também asseguram que o sistema elétrico esteja funcionando de acordo com as normas de segurança, além de facilitar futuras manutenções.

Para fins de quantitativos estimados (planilha PREVENTIVA), considerou-se uma unidade por quadro de energia existente no imóvel.

Revisão e manutenção do Quadro Elétrico:

Deverá ser realizada análise detalhada do estado geral de todos os componentes do sistema, com foco na detecção de falhas, desgastes ou riscos de sobrecarga, visando manter o sistema funcionando de maneira segura e eficiente. Os principais pontos a serem verificados incluem:

- a) Disjuntores: Devem ser inspecionados quanto a sinais de danos ou sobreaquecimento, verificando o seu correto dimensionamento.
- b) Conexões e Condutores elétricos: As conexões dentro do quadro devem estar íntegras, sem sinais de corrosão, aquecimento excessivo ou oxidação. Condutores elétricos ou barramentos danificados ou desgastados devem ser substituídos para evitar risco de curtos-circuitos.
- c) Reaperto das conexões no quadro elétrico: as conexões dos disjuntores, barramentos e condutores devem ser reapertadas a cada revisão.
- d) Equipamentos de Proteção: Verificar a integridade de dispositivos de proteção, como DR (Dispositivo Diferencial Residual), para garantir a segurança do sistema, prevenindo choques elétricos.
- e) Verificação de sobrecarga através de termografia: Realizar inspeção no quadro elétrico com o uso de câmera termográfica, com o objetivo de identificar pontos de sobreaquecimento nos disjuntores, barramentos e condutores elétricos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- f) Substituição de Componentes Danificados: Se qualquer componente do quadro, como disjuntor, barramento ou cabo, estiver danificado, deve ser programada sua substituição.
- g) Limpeza do Quadro Elétrico: O quadro deve ser mantido limpo para evitar o acúmulo de poeira e sujeira. A limpeza deve ser feita com o quadro desenergizado, utilizando um pano seco ou uma escova de cerdas macias, nunca utilizando produtos líquidos diretamente no quadro.
- h) Verificação do aterramento: Durante a revisão, é importante verificar a condição do aterramento, garantindo que o sistema de aterramento esteja funcional e sem corrosão.
- i) Manter projeto/diagrama unifilar atualizado na porta do quadro ou sala técnica. (o arquivo da última versão do projeto será encaminhado pela contratante)

Identificação de Circuitos no Quadro Elétrico: a falta de identificação pode resultar em desligamentos equivocados ou em dificuldades para localizar falhas, podendo levar a sobrecargas ou acidentes.

- a) Identificação dos Disjuntores: Cada disjuntor no quadro deve ser identificado com informações claras sobre o circuito que ele controla. Isso inclui a localização dos dispositivos ou áreas do imóvel (por exemplo, "Iluminação Secretaria", "Tomadas Sala de Audiências", "Ar condicionado site", etc.). A informação deve ser clara e de fácil leitura para facilitar a identificação, especialmente em situações de emergência.
- b) Teste de Circuitos: Durante a revisão ou manutenção, os circuitos podem ser testados para garantir que estão corretamente identificados. Isso pode ser feito desligando o disjuntor de um circuito específico e verificando se o aparelho ou área correspondente está sem energia. Tal procedimento deve ser previamente alinhado com a Direção da Unidade e com a fiscalização do TRT.
- c) Uso de Etiquetas ou Placas: Utilizar etiquetas adesivas ou placas de identificação duráveis para os circuitos. As etiquetas devem ser resistentes ao calor e à umidade, garantindo durabilidade e legibilidade.

Toda a manutenção e intervenção em quadros elétricos deve seguir as normas de segurança e os regulamentos vigentes, como a NR 10 (Norma Regulamentadora 10), que estabelece as diretrizes de segurança no trabalho com eletricidade, e a NBR 5410, que trata das instalações elétricas de baixa tensão. Essas normas definem os requisitos para o dimensionamento correto do sistema, a escolha de materiais e a execução das instalações, visando a segurança de pessoas e equipamentos.

Após a realização dos procedimentos descritos na Manutenção Preventiva Tipo A deverá a contratada elaborar relatório das atividades realizadas, que inclui uma descrição detalhada das condições observadas, eventuais problemas identificados e recomendações para correção ou manutenção. Este documento deverá conter imagens (fotografias) que documentem visualmente os serviços realizados, condição das instalações e os problemas identificados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

TIPO B

REVISÃO NAS COBERTURAS: inclui limpeza de calhas com remoção dos resíduos de forma ensacada e destinação, revisão geral de cobertura e aplicação de selante em calhas e rufos - pontos onde for identificada necessidade (mesmos procedimentos descritos para a execução TIPO A).

Algumas unidades receberão a Revisão das Coberturas apenas na vistoria tipo A – (Cajuru, São José dos Pinhais, Londrina, Ponta Grossa e Maringá - vide planilha orçamentária anexa).

LIMPEZA DE CALÇADAS E ÁREAS PAVIMENTADAS: com utilização de máquina lavadora de alta pressão (mesmos procedimentos descritos para a execução TIPO A).

Algumas unidades receberão a Revisão das Coberturas apenas na vistoria tipo A – (Cajuru, São José dos Pinhais, Londrina, Ponta Grossa e Maringá - vide planilha orçamentária anexa).

A LIMPEZA DE CAIXAS DE GORDURA é uma atividade crucial na manutenção de sistemas de drenagem e esgoto. A gordura acumulada nas caixas pode levar a entupimentos nas tubulações, causando sérios problemas de drenagem e esgoto. Isso pode resultar em transbordamentos e obstruções, que demandam serviços de emergência caros e complexos. A limpeza regular das caixas de gordura impede que os resíduos sejam descartados de forma inadequada no sistema de esgoto, reduzindo a contaminação das águas residuais e protegendo o meio ambiente. A decomposição da gordura acumulada pode gerar odores desagradáveis, impactando a qualidade do ambiente, tanto em estabelecimentos comerciais quanto em residências.

- w) **Avaliação e Preparação**: Antes da limpeza, importante avaliar a condição da caixa de gordura. Isso inclui verificar o nível de acúmulo de gordura e outros resíduos. Equipamentos de proteção individual, como luvas e máscaras, devem ser utilizados.
- x) **Remoção dos Resíduos**: Com a ajuda de ferramentas apropriadas, como uma bomba de sucção ou baldes, os resíduos acumulados devem ser removidos cuidadosamente. A gordura deve ser armazenada de maneira adequada para posterior descarte, conforme as normas locais.
- y) **Limpeza das Superfícies**: Após a remoção dos resíduos, as superfícies internas da caixa devem ser lavadas com água e, se necessário, detergentes ou produtos desinfetantes que ajudem a eliminar qualquer resíduo remanescente.
- z) **Verificação e Manutenção**: Após a limpeza, é essencial verificar se há danos na caixa e realizar reparos, se necessário. O funcionamento adequado do sistema de drenagem deve ser testado.

LIMPEZA DE PLACAS DE USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA: com utilização de água e escova suave (mesmos procedimentos descritos para a execução TIPO A).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Após a realização dos procedimentos descritos na Manutenção Preventiva Tipo B deverá a contratada elaborar relatório das atividades realizadas, que inclui uma descrição detalhada das condições observadas, eventuais problemas identificados e recomendações para correção ou manutenção. Este documento deverá conter imagens (fotografias) que documentem visualmente os serviços realizados, condição das instalações e os problemas identificados.

MANUTENÇÃO CORRETIVA:

A manutenção corretiva é um processo essencial que se inicia com a emissão de ordens de serviço, geradas após a identificação de problemas ou necessidades em sistemas e equipamentos. O objetivo principal é restaurar o funcionamento adequado das instalações, abordando consertos de danos, melhorias e atendimentos de emergência. Esse enfoque assegura que qualquer questão que possa comprometer a segurança ou a operação do edifício seja resolvida de forma ágil.

A manutenção corretiva, ao ser estruturada e bem documentada, não apenas garante a resolução eficaz de problemas, mas também promove a eficiência operacional e a segurança das instalações. Com um fluxo de comunicação claro e ordens de serviço bem definidas, é possível manter a integridade das edificações e proporcionar um ambiente seguro e funcional.

Durante as manutenções preventivas, a equipe responsável deve reportar à fiscalização do contrato quaisquer necessidades de reparo ou adequação. Isso pode resultar na emissão de Ordens de Serviço para a manutenção corretiva. Além disso, a fiscalização também tem a capacidade de gerar ordens a qualquer momento, conforme novas demandas sejam identificadas nas unidades.

A manutenção corretiva inclui uma ampla gama de serviços, como:

- Intervenções em leiaute, envolvendo alterações em paredes, forros e pisos.
- Adequação dos espaços à acessibilidade;
- Instalação, remoção e realocação de equipamentos (ex.: condicionadores de ar, nobreaks).
- Reparos pontuais em estruturas como lajes e coberturas.
- Impermeabilizações e pinturas.
- Instalações e manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos.
- Reparos em esquadrias de metal e madeira, entre outros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Ordens de Serviço

As ordens de serviço são elaboradas com base nos serviços e materiais indicados pelo SINAPI, conforme os a identificação das necessidades.

Cada Ordem de Serviço deve incluir informações detalhadas, como:

- Local da execução.
- Valores estimados.
- Prazos e natureza dos serviços.
- Acompanhamento de planilhas, leiautes, projetos e memoriais descritivos, quando aplicável.

As manutenções corretivas devem ser realizadas dentro do prazo estipulado na Ordem de Serviço, considerando a complexidade e particularidades da intervenção, como horários e condições climáticas.

Caso o prazo para realização da Ordem de Serviço seja superior a 30 (trinta) dias, constará na Ordem de Serviço o respectivo cronograma financeiro de execução. Exemplo:

30 dias	60 dias
Execução de no mínimo 40% do valor da Ordem de Serviço	Execução de 100% do valor da Ordem de Serviço

A comunicação entre contratante e contratada deverá ser preferencialmente feita por meio de correio eletrônico.

2.2 CRITÉRIOS PARA PRECIFICAÇÃO

Manutenção Preventiva

Será executada a partir dos serviços previamente definidos (PLANILHA PREVENTIVA), elaboradas com base nos serviços e insumos na Tabela SINAPI utilizada deverá ser a do Estado do Paraná, ONERADA, tendo a referência do mês de realização da licitação, ou a versão imediatamente anterior a esta, prevalecendo a última publicada pela CEF, a qual terá validade durante o período de vigência do Contrato, sem qualquer substituição/alteração.

Ao valor de custo resultante será acrescido o BDI adotado (mesmo BDI adotado na planilha de manutenção corretiva) e sobre esse valor será aplicado o percentual de desconto ofertado pela empresa no certame.

Prevê-se a execução de duas manutenções em cada unidade judiciária ao longo de 12 meses, com um intervalo aproximado de 6 meses entre elas.

Para otimizar os recursos, as atividades foram divididas em duas categorias de visita: tipo A e tipo B. Cada categoria abrange serviços específicos listados em uma planilha anexa, que detalha os itens e quantidades a serem realizados em cada visita. Essa estrutura permite uma melhor alocação de recursos e uma estimativa mais precisa dos custos envolvidos na manutenção preventiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Manutenção Corretiva

Será executada a partir da emissão de Ordens de Serviço, elaboradas com base nos serviços e insumos na Tabela SINAPI utilizada deverá ser a do Estado do Paraná, ONERADA, tendo a referência do mês de realização da licitação, ou a versão imediatamente anterior a esta, prevalecendo a última publicada pela CEF, a qual terá validade durante o período de vigência do Contrato, sem qualquer substituição/alteração.

Poderão ser utilizados nas composições dos serviços todos os insumos e mão de obra previstos na Tabela do SINAPI.

A Tabela SINAPI poderá ser acessada pelo seguinte link: <https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>. Os interessados poderão solicitar a última versão da tabela ou auxílio para obtê-la no site à Secretaria de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail manutencao@trt.9.jus.br ou telefone (41) 3310-7030.

Na hipótese de serviços que não tenham preços unitários contemplados na Tabela SINAPI, a Contratada submeterá a composição de custos à aprovação da Contratante utilizando na composição dos preços os valores dos serviços e insumos da tabela PINI TCPO ou, na falta deles, do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO. Nesse caso, esses dados serão da tabela mês de referência do aditivo.

Caso não sejam localizados preços com base nos critérios acima, será realizada pesquisa com no mínimo 3 (três) empresas do ramo, sendo aceito o menor preço entre as 3 (três) propostas validadas pelo TRT 9.

Ao valor de custo apresentado será acrescido o BDI adotado (mesmo BDI adotado na planilha de manutenção preventiva) e sobre esse valor será aplicado o percentual de desconto ofertado pela empresa no certame.

2.3 CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DA MELHOR PROPOSTA

O critério para avaliação das propostas será o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO sobre a tabela SINAPI para o estado do Paraná, ONERADA, sobre a qual será aplicado BDI.

2.4 LOCAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As manutenções preventivas e corretiva poderão ser executadas em qualquer imóvel do TRT abaixo listados, ou que venha a integrá-la futuramente, conforme seja constatada sua necessidade.

Lote 01 - Regional PONTA GROSSA (07 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Castro	Rua Dom Pedro II, 1027 - Centro
Fórum do Trabalho de Guarapuava	Rua Afonso Botelho 104 - Trianon
Vara do Trabalho de Irati	Rua Lino Esculápio, 1260 - Rio Bonito
Fórum do Trabalho de Ponta Grossa	Av. Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Olaria
Vara do Trabalho Itinerante de São Mateus do Sul	Rua Dom Pedro II, 842/844, - Centro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

(Vinculada à Vara do Trabalho de União da Vitória)	
Vara do Trabalho de Telêmaco Borba	Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 344 - Macapá
Vara do Trabalho de União da Vitória	Rua Coronel João Gualberto, 330 - Centro

Lote 2 – Regional CASCAVEL (12 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand	Avenida Cívica, 260 - Centro Cívico
Fórum do Trabalho de Cascavel	Rua Galibis, 328 - Jardim Santo Onofre
Vara do Trabalho de Dois Vizinhos	Rua Rio Grande do Norte, 240 –Nossa Sra. de Lourdes
Fórum do Trabalho de Foz do Iguaçu	Avenida Paraná, 3710 - Centro
Fórum do Trabalho de Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 - Centro
Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1.975 - Centro
Vara do Trabalho de Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Mayer, 799 - Centro
Posto Avançado Medianeira	Avenida Pedro Soccol, 2500 - Nazaré
Vara do Trabalho de Palmas	Rua Capitão Paulo de Araújo, 563
Posto Avançado de Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade - Bloco Central
Fórum do Trabalho de Pato Branco	Rua Paraná, 1547
Fórum do Trabalho de Toledo	Rua Dra. Zilda Arns Neumann ,850 - Jardim Tocantins

Lote 3 – Regional CURITIBA (10 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede Administrativa	Avenida Vicente Machado, 147, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba	Avenida Vicente Machado, 400, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba - Anexo	Avenida Vicente Machado, 362, Centro - Curitiba
Edifício Sede do TRT da 9ª Região	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro - Curitiba
Sede Complexo do Cajuru	Rua Vidal Natividade da Silva, 600, Bairro Cajuru - Curitiba
Fórum do Trabalho de Araucária	Rua Alfredo Charvet, 862 - Bairro Vila Nova
Vara do Trabalho de Campo Largo	Avenida Padre Natal Pigatto, 1675, Vila Elizabeth
Fórum do Trabalho de Colombo	Rua José Cavassin, 125, Centro
Vara do Trabalho de Pinhais	Rua América Do Sul, 629 c/ Av. Ayrton Senna da Silva, Vila Irene
Fórum do Trabalho de São José dos Pinhais	Rua das Nações Unidas, 1101, com Rua Joaquim Nabuco, Bairro Jardim
Fórum do Trabalho de Paranaguá	Rua Odilon Mader esquina com Rua Manoel Pereira, Vila Raia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Lote 4 – Regional MARINGÁ (9 unidades)

UNIDADES	ENDEREÇO
Fórum Trabalhista de Maringá	Avenida Gastão Vidigal, 823. Aeroporto.
Fórum Trabalhista de Umuarama	Avenida Rio Branco, 3700. Centro Cívico.
Posto de atendimento de Loanda	Avenida Munhoz da Rocha, 1483. Centro.
Posto de atendimento de Pitanga	Rua Caetano Munhoz da Rocha, 423.
Vara do Trabalho de Campo Mourão	Avenida Goioerê, 779. Centro.
Vara do Trabalho de Cianorte	Travessa Itororó, 188. Centro.
Vara do Trabalho de Ivaiporã	Avenida Brasil, 345.
Vara do Trabalho de Nova Esperança	Praça Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 236. Centro.
Vara do Trabalho de Paranavaí	Rua Antonio Vendramin, 2150. Jardim Ibirapuera.

Lote 5 – Regional LONDRINA (13 unidades)

UNIDADES	ENDEREÇO
FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA	Avenida Central do Paraná, 1380. Jardim Diamantina.
FÓRUM TRABALHISTA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	Avenida XV de novembro, 830.
FÓRUM TRABALHISTA DE LONDRINA	Avenida do Café, 600.
POSTO DE ATENDIMENTO DE IBAITI	Rua Euclides Monteiro, 739. Centro.
VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS	Rua Harpia, 405. Centro.
VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Rua Treze de Maio, s/n. Praça São Benedito.
VARA DO TRABALHO DE BANDEIRANTES	Rua Eunício Silva Novaes, 7111.
VARA DO TRABALHO DE CAMBÉ	Avenida Esperança, 360.
VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO	Rua Dom Fernando Tadei, 1636. Centro.
VARA DO TRABALHO DE JAGUARIAÍVA	Rua Tenente Coronel Joaquim Carneiro, 331. Centro.
VARA DO TRABALHO DE PORECATU	Avenida Paranapanema, 252. Jardim Bela Vista.
VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA	Avendia Presidente Vargas, 2270. Centro.
VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ	Rua Expedicionário, 20.

2.5 PRAZOS

Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato ocorrerá uma **reunião inicial** entre a contratada e os fiscais do contrato, nas dependências da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, na Av. Vicente Machado nº 147 – 1ª andar – Curitiba/PR.

Durante esta reunião serão alinhados os principais aspectos do contrato, e definida a data inicial da execução da Manutenção Preventiva, que deve ocorrer em até 10 dias úteis da reunião inicial. A partir desta mesma data também poderão ser emitidas ORDENS DE SERVIÇO para execução de Manutenção Corretiva. Sempre que viável, essas ORDENS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

DE SERVIÇO serão emitidas para serem realizadas simultaneamente com a Manutenção Preventiva, sem isentar a contratada da execução em diferentes unidades.

A empresa deve apresentar em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato, preferencialmente na ocasião da reunião inicial:

- aa) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida;
- bb) A equipe técnica mínima, com a devida comprovação de vínculo empregatício composta de:
 - a) Encarregado;
 - b) Eletricista;
 - c) Pintor
 - d) 02 Pedreiros.
- Os comprovantes de regularidade com a NR 35 (estabelece diretrizes de segurança para trabalhos em altura, definindo requisitos para a proteção dos trabalhadores que realizam atividades em locais elevados) para todos os funcionários elencados na equipe técnica mínima e NR 10 (que estabelece diretrizes para a segurança em instalações e serviços em eletricidade. O objetivo principal da norma é garantir a proteção dos trabalhadores que atuam com eletricidade, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais), esta em especial dos profissionais que executarão serviços em altura e em instalações elétricas;

Os profissionais mencionados devem ser os responsáveis por realizar as atividades durante a vigência do contrato. Se houver a necessidade de substituição, a contratada deve solicitar formalmente à fiscalização, fornecendo as informações do novo colaborador, seu vínculo empregatício e a conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR).

Os prazos acima dispostos poderão ser dilatados à critério e por conveniência da administração.

Toda a comunicação entre a contratada e a fiscalização do contrato deve ocorrer preferencialmente via e mail, aos cuidados do Eng. Benedy e Arq. Cláudia, no endereço eletrônica manutencao@trt9.jus.br, ou pelo telefone 41 3310 7730.

2.5.1 PRAZOS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Início da execução das MANUTENÇÕES PREVENTIVAS em até 10 dias úteis após a reunião inicial. As manutenções serão realizadas de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo, referente a cada lote, podendo o mesmo ser alterado em comum acordo entre a contratante e a contratada.

Nele constam as unidades a serem atendidas mês a mês, tendo as unidades sido agrupadas por proximidade geográfica. Conta ainda do referido documento o prazo para execução dos serviços na unidade específica, cujo cálculo considerou as dimensões das unidades, bem como a complexidade para execução dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

A Contratada deverá identificar os profissionais necessários e organizar suas equipes de trabalho com base na complexidade, no volume de serviços e no prazo estabelecido no cronograma para a execução em cada unidade. Vale destacar que há uma quantidade maior de serviços planejados para a manutenção preventiva do tipo A em comparação com a do tipo B, o que justifica a definição de prazos diferentes para cada um.

Deverá ser fornecida à Fiscalização do contrato, **até 2 (dois) dias úteis** antes do início de cada intervenção, salvo situações excepcionais, listagem com nome completo e RG dos funcionários envolvidos nos serviços pela Contratada, para fins de controle de acesso ao local.

2.5.2 PRAZOS MANUTENÇÃO CORRETIVA

O início da intervenção dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após a confirmação do recebimento ou aviso de leitura da respectiva ORDEM DE SERVIÇO, pela empresa Contratada, da correspondência eletrônica contendo a Ordem de Serviço, ou no prazo estipulado na Ordem de Serviço, se diverso.

No prazo de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para início da intervenção, a Contratada poderá solicitar esclarecimentos e contestar o prazo ou a planilha encaminhada junto à Ordem de Serviço pelo Contratante, o qual deliberará quanto à necessidade técnica de sua complementação ou adequação.

- a) Nesse caso, após manifestação do Contratante, terá reinício a contagem do prazo de início da execução.
- b) É vedada a solicitação de esclarecimentos ou contestação da Ordem de Serviço com intuito meramente protelatório, sob pena de aplicação de penalidade.
- c) Após o prazo de contestação, somente será admitida a alteração dos serviços previstos na planilha se decorrentes de fato superveniente, cujo conhecimento não era possível antes do início da execução dos serviços, ou por solicitação da Fiscalização do contrato.
- d) Nesse caso, a execução do serviço não previsto também está condicionada à autorização expressa da Fiscalização do contrato.
- e) Após iniciada a execução da Ordem de Serviço, caso seja necessário acrescentar novos serviços, no interesse da Administração, esses serão objeto de prévia aferição e posterior inserção na Ordem de Serviço.

A Contratada deverá definir os profissionais necessários e dimensionar suas equipes de trabalho de acordo com a complexidade, o volume de serviços e o prazo de cada Ordem de Serviço a ser executada.

Deverá ser fornecida à Fiscalização do contrato, **até 2 (dois) dias úteis** antes do início de cada intervenção, salvo situações excepcionais, listagem com nome completo e RG dos funcionários envolvidos nos serviços pela Contratada, para fins de controle de acesso ao local.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Na data de início da execução da Ordem de Serviço, ou em data aprazada entre as partes, será realizada reunião no local da intervenção, entre o preposto da empresa e a Fiscalização, a fim de dirimir eventuais dúvidas a respeito da execução do serviço.

A execução dos serviços ocorrerá preferencialmente no período comercial, no entanto alguns serviços cuja execução seja inviável durante o período de funcionamento das unidades judiciárias poderão ser executados no período noturno, nos sábados, domingos e feriados, a fim de não interferir no andamento das atividades das Unidades judiciárias e administrativas do TRT.

A fim de que a Contratada possa melhor se organizar, bem como para que não venha a sofrer prejuízo ou privação financeira com o deslocamento da equipe e logística, as Ordens de Serviço terão valor mínimo para sua emissão, conforme tabela adiante, salvo nos casos emergenciais, adiante tratados.

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA ORDEM DE SERVIÇO

Distancia da Unidade à sede (Ponta Grossa, Cascavel, Curitiba, Maringá e Londrina)	Valor mínimo da Ordem de Serviço
Sede da Setorial	R\$ 10.000,00
Até 60 km	R\$ 15.000,00
Até 150 km	R\$ 20.000,00
Acima de 150 km	R\$ 25.000,00

Havendo concordância entre as partes, poderá ser emitida Ordem de Serviço com valor inferior ao mínimo. Caso os serviços relacionados à Ordem de Serviço sejam realizados durante a Manutenção Preventiva, o valor da ordem de serviço não fica condicionado aos valores mínimos descritos acima.

ADMINISTRAÇÃO/COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

Toda execução de manutenção predial (preventiva ou corretiva) devem ser acompanhadas por profissional Mestre de Obras ou Encarregado, que será responsável pela coordenação da equipe, por supervisionar a execução dos serviços, controlar materiais e ferramentas, comunica-se com engenheiros e garantir a segurança no canteiro. Seu papel será essencial para o cumprimento do cronograma e a qualidade da dos serviços.

Ainda, quando as Ordens de Serviço emitidas (manutenção corretiva) superarem R\$ 50.000,00, ou quando os serviços possuírem complexidade à critério da fiscalização, será exigido o acompanhamento por engenheiro Residente, cujo papel será de gerenciar a execução dos serviços, garantir a qualidade, prazos e conformidade com normas. Este deve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

supervisionar e supervisiona a equipe, controla recursos, resolve problemas técnicos e mantém a comunicação com envolvidos.

Nas situações acima descritas, os custos relativos aos profissionais serão inseridos nas Planilhas de Custos que acompanham as Ordens de Serviço.

DAS SITUAÇÕES CONSIDERADAS EMERGENCIAIS

Consideram-se situações emergenciais aquelas passíveis de colocar em risco a integridade física dos usuários dos imóveis ou o patrimônio do TRT ou de terceiros.

Nos casos de situações emergenciais, a Contratada poderá ser convocada a verificar o local ou a iniciar a execução dos serviços no prazo de até 1 (um) dia corrido, independentemente do prévio envio da Ordem de Serviço, caso em que os serviços deverão ser definidos no local pela Fiscalização, na presença do preposto da Contratada, a fim de posteriormente instruir a emissão da Ordem de Serviço, que deverá ser encaminhada à Contratada no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a definição.

O prazo para início do atendimento da situação emergencial será o informado na comunicação enviada à empresa pelo Contratante, respeitado o interstício mínimo para deslocamento até o local, o qual será definido pela Fiscalização em razão da distância entre a sede da Setorial e a unidade a ser atendida. São consideradas sedes dos lotes as seguintes unidades:

LOTE/SETORIAL	CIDADE SEDE
1 – PONTA GROSSA	PONTA GROSSA
2 – CASCAVEL	CASCAVEL
3 – CURITIBA E RMC	CURITIBA
4 – MARINGÁ	MARINGÁ
5 – LONDRINA	LONDRINA

Quando houver necessidade de deslocamento das equipes para as cidades de abrangência, o transporte será efetuado pela Contratada, em veículo próprio.

As despesas com logística, deslocamentos, refeições e estadas deverão estar inclusos nos preços ofertados pela Contratada, não cabendo ressarcimento pelo Contratante.

2.6 GARANTIAS – SERVIÇOS

Os serviços descritos neste Plano de Manutenção Predial Preventiva e os executados por meio de Ordens de Serviço (Manutenção corretiva) serão garantidos pela empresa executora, sendo esta responsável por eventuais falhas ou defeito no trabalho realizado e eventuais danos decorrentes destas falhas ou defeitos, que serão corrigidos sem custo adicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Essa garantia cobre tanto a mão de obra quanto os materiais utilizados, excluindo-se danos causados por mau uso ou eventos imprevisíveis.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não se vislumbra a necessidade técnica de exigência da garantia da contratação (art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), exceto nos casos expressos de exigência conforme ATO 165, de 06 de junho de 2023.

2.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Prova de inscrição junto ao CREA/CAU/CFT da Pessoa Jurídica e dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa.

Deverá constar no registro da empresa no CREA/CAU/CFT, no mínimo, um responsável técnico cujas atribuições técnicas sejam compatíveis com os serviços contratados;

Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado/certidão/declaração fornecido por Pessoas Jurídicas de Direito público ou privado, que comprove ter a EMPRESA, para cada uma das especialidades abaixo, realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, sem qualquer informação que a desabone, e com os seguintes parâmetros:

Execução de manutenção predial preventiva (programada) e corretiva (por demanda);

Apresentação de no mínimo 01 (uma) certidão de acervo técnico emitido pelo CREA/CAU/CFT que comprove terem os RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA EMPRESA, realizado obras com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços, com os seguintes parâmetros:

Execução de manutenção em subestação – entrada de energia;

O vínculo dos profissionais acima poderá ser comprovado mediante:

- a) Carteira de trabalho (CTPS), comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante na data da licitação;
- b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante; ou
- c) Contrato de prestação de serviços firmado com a empresa licitante.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Os profissionais indicados pelos licitantes para fins de comprovação da qualificação técnica deverão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição dos mesmos somente por outros que detenham as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes justificáveis pelo proponente, sob prévia avaliação do TRT da 9ª Região.

DECLARAÇÃO, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que conhece as dificuldades dos serviços.

A inserção de tal exigência de comprovação visa tão somente a demonstração da capacidade de execução, tanto da empresa licitante quanto do profissional técnico indicado pela empresa.

A exigência de comprovação (para a empresa e para o profissional responsável técnico) de **Execução de manutenção predial preventiva (programada) e corretiva (por demanda) e manutenção de subestação (entrada de energia)** se justifica pela especificidade dos serviços e necessidade de comprovação de capacidade técnica e capacidade operacional da empresa, além da relevância financeira.

Assim, em atenção do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, as exigências de capacitação técnica aplicadas à esta contratação serão restritas às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da licitação, qual seja, a **Execução de manutenção predial preventiva (programada) e corretiva (por demanda) e manutenção de subestação (entrada de energia)**, guardando estrita pertinência com o objeto da contratação.

2.9 SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA:

Considerando o escopo dos serviços a contratar, e de acordo com os Itens 4.1 (adaptar); 4.2 (consertar), 4.3 (conservar), 4.5 (instalar) e 4.9 (reparar) da Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, IBRAOP OT - IBR 002/2009, tal contratação é considerada como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**.

2.10 SUSTENTABILIDADE

2.10.1. A **Resolução nº 310/2021** do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao aprovar o “Guia de Contratações Sustentáveis”, estabelece diretrizes fundamentais que integram a sustentabilidade na execução de manutenções preventivas e corretivas. Essa abordagem é essencial para promover a preservação ambiental, a eficiência dos recursos e a responsabilidade social nas atividades do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

- Assim como destacado na resolução, a presente contratação possui um planejamento cuidadoso, que considera a durabilidade dos materiais e a eficiência dos sistemas prediais. Ainda em consonância com o estabelecido na Resolução CSJT nº 310/20210, as implantações de rotinas de manutenção preventiva, bem como a correção de inconformidades por meio de manutenção corretiva, visam reduzir o consumo de recursos naturais e minimizar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

impactos ambientais, ajudando, portanto, na proteção do meio ambiente, além de contribuir para a redução dos custos operacionais.

- Os critérios econômicos de sustentabilidade buscam garantir eficiência financeira e benefícios a longo prazo. Neste sentido, o objeto da contratação é caracterizado por ser simples, com fácil fabricação e fornecimento, o que promove um processo licitatório aberto e competitivo, prevenindo práticas monopolísticas e favorecendo a concorrência saudável entre fornecedores.
- A contratação tem como objetivo atender às necessidades do TRT, promovendo adequações e melhorias nos locais de trabalho dos magistrados. Isso demonstra um compromisso com critérios sociais e culturais, que são essenciais para a criação de ambientes de trabalho mais adequados e produtivos.
- O processo de contratação é conduzido de forma aberta e transparente, com uma divulgação clara das informações relativas ao processo licitatório. Essa prática garante a aplicação de critérios de integridade e sustentabilidade, promovendo a ética e o combate à corrupção nas aquisições de bens e serviços. A exigência de certidões e documentação que comprovem a conformidade da contratada com leis e regulamentos aplicáveis reforça esse compromisso.
- Dessa forma, a aplicação dos critérios da Resolução nº 310/2021 na execução de manutenção preventiva e corretiva não apenas cumpre com as exigências legais, mas também promove uma cultura organizacional que valoriza a sustentabilidade. Isso resulta em benefícios significativos, tanto para o TRT quanto para a sociedade, assegurando que as práticas adotadas estejam alinhadas com os princípios de responsabilidade ambiental, eficiência econômica e integridade ética

2.10.2. Em atenção à **Instrução normativa SEDGGD/ME nº 73/2020**, do Ministério da Economia, foi realizada consulta ao Painel de Preços em busca de cotações similares, no entanto, por tratar-se de contratação para atendimento de unidades com características específicas, não identificamos outras contratações similares, cujos custos pudessem ser utilizados para parametrização;

2.10.3. Esta contratação **não se enquadra atividade que requeira licenciamento ambiental**;

2.10.4. **Destinação dos Resíduos da Construção civil:** De acordo com a Portaria MMA nº 280 de 29/06/2020, que trata da gestão de resíduos sólidos e da destinação final adequada de resíduos, a empresa contratada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos deve fornecer documentação comprobatória da destinação final adequada desses resíduos. A empresa contratada deve apresentar os seguintes documentos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- Relatório de Destinação Final dos Resíduos: Este relatório deve comprovar que os resíduos coletados foram encaminhados para locais licenciados, como aterros sanitários, unidades de reciclagem ou outros locais adequados, conforme a natureza do resíduo.
- Certificado de Destinação: As empresas devem apresentar notas fiscais ou documentos equivalentes que comprovem a entrega dos resíduos a operadores licenciados ou empresas habilitadas para dar o tratamento adequado. Esse documento deve ser emitido pelo estabelecimento receptor (por exemplo, o aterro sanitário ou unidade de tratamento) que receba os resíduos e que esteja de acordo com a legislação ambiental vigente
- Licenciamento Ambiental: A empresa responsável pela destinação final dos resíduos deve estar devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes para operar a destinação ou o tratamento dos resíduos. A comprovação disso também deve ser fornecida

*Esses documentos visam garantir que a destinação dos resíduos seja realizada de forma ambientalmente adequada, conforme a legislação brasileira de gestão de resíduos sólidos, evitando danos ao meio ambiente e a saúde pública. Portanto, a empresa contratada deve apresentar esses comprovantes sempre que solicitado, e o não cumprimento das exigências pode implicar em penalidades, tanto para a empresa contratada quanto para a contratante, no caso de não verificação da destinação adequada dos resíduos.

2.10.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.11 VISTORIA PRÉVIA:

A avaliação prévia do local de execução dos serviços, embora não seja exigida, é de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, a ser agendada através de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas. Caso a licitante pretenda realizar vistoria prévia nos imóveis deverá realizar prévio agendamento com:

Engenheiro Benedy ou Arquiteta Claudia

Email: manutencao@trt9.jus.br

Telefone: 41 3310 7730 ou 3310 7037

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Cada lote inclui diversos imóveis, e embora a vistoria prévia não seja obrigatória, pode ser inviável realizá-la em todos eles. Diante disso, destacamos que o imóvel onde está situado o Fórum Trabalhista, localizado na sede de cada lote, é o maior do grupo. Assim, caso a licitante tenha interesse, esse imóvel pode ser uma alternativa viável para a vistoria prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, III: “III - requisitos da contratação;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, III: “III - requisitos da contratação, contendo, inclusive, critérios de sustentabilidade e acessibilidade, quando aplicáveis;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

3. Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A implementação de um contrato de manutenção preventiva e corretiva em imóveis públicos é essencial, especialmente com um quadro limitado de servidores qualificados. Esse contrato assegura a preservação das edificações, evitando degradação, perda de funcionalidade e de características arquitetônicas. Com uma equipe reduzida, um contrato permite a alocação eficiente de recursos, garantindo que serviços sejam realizados por profissionais especializados, em vez de sobrecarregar o pessoal interno.

A manutenção preventiva e econômica, ajudando a evitar custos altos com reparos futuros ao identificar problemas precocemente. Além disso, garante inspeções regulares para resolver questões que possam comprometer a segurança dos usuários. Os contratos asseguram conformidade com normas e regulamentações, fundamentais para imóveis públicos.

Um plano de manutenção de longo prazo com cronogramas e orçamentos definidos facilita a previsão de necessidades e evita emergências dispendiosas. Contratos formais também definem responsabilidades claras, promovendo transparência e facilitando a supervisão, o que é crucial no setor público. Assim, a adoção de um contrato de manutenção preventiva e corretiva se revela uma estratégia eficaz para garantir a preservação, segurança e funcionalidade dos imóveis, além de promover uma gestão mais responsável dos recursos. Embora serviços de manutenção sob demanda sejam uma alternativa, eles tendem a ser menos econômicos e eficazes devido à dificuldade de realizar intervenções oportunas.

Um contrato de manutenção predial preventiva e corretiva oferece diversas vantagens em relação à simples alocação de mão de obra terceirizada, especialmente ao atender múltiplos imóveis no estado do Paraná. Essa abordagem permite um planejamento organizado e sistemático, com manutenções programadas que garantem eficiência e evitam interrupções inesperadas.

Com um contrato formal, a administração pode estabelecer prioridades e cronogramas específicos para cada imóvel, resultando em uma gestão mais integrada. Contratos podem incluir cláusulas para garantir a contratação de profissionais especializados, assegurando a qualidade dos serviços, enquanto a mão de obra terceirizada pode variar em qualificação.

Além de evitar reparos mais caros no futuro, a manutenção preventiva ajuda na identificação precoce de problemas, gerando economia a longo prazo. Contratos de manutenção estabelecem responsabilidades claras para prestadores de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

serviços, facilitando a supervisão e promovendo transparência. Eles também garantem conformidade com normas e regulamentações, crucial para imóveis públicos.

Outra vantagem é a flexibilidade para adaptar o contrato a serviços adicionais conforme necessário, algo difícil com a mão de obra terceirizada. Isso permite uma alocação mais eficiente de recursos, evitando duplicação de esforços e melhorando o uso do tempo.

Em resumo, a implementação de um contrato de manutenção preventiva e corretiva melhora a eficiência, qualidade dos serviços e gestão de recursos, assegurando a preservação e funcionalidade dos imóveis, especialmente em um contexto que exige coordenação e sistematização.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, V: “V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, V: “V - levantamento de mercado com análise das alternativas de soluções e justificativa técnica e econômica da escolha e do tipo de solução a contratar.”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023.

4. Descrição da solução como um todo

Trata-se de contratação de uma empresa de engenharia para a realização de manutenções preventivas e corretivas em edificações, abrangendo tanto aspectos civis quanto elétricos.

Manutenção Preventiva: O contrato prevê visitas semestrais programadas para a execução de manutenções essenciais, incluindo inspeções de coberturas, limpeza de muros e manutenção de subestações. A visita do tipo A, realizada anualmente, visa identificar problemas antes que se agravem, evitando custos altos e interrupções. A manutenção preventiva será realizada de forma planejada e regular, visando evitar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos e estruturas do prédio. As atividades incluem inspeções periódicas, revisão de coberturas e esquadrias, limpeza de calçadas, muros, caixas de gordura e placas de usinas fotovoltaicas, além da manutenção em subestações de energia.

O contrato prevê duas manutenções preventivas em cada unidade judiciária ao longo de 12 meses, com intervalos de aproximadamente 6 meses. As atividades são classificadas em duas categorias de visita: tipo A e tipo B, conforme as necessidades identificadas nas visitas de manutenção.

Tipo A:

- *Vistorias nas Instalações: Inspeções sistemáticas conduzidas por profissionais qualificados para garantir segurança e conformidade. Um checklist orienta a avaliação de componentes, e os resultados são documentados em relatórios descritivos e fotográficos.*
- *Revisão das Coberturas: Limpeza de calhas, inspeção geral da cobertura e aplicação de selante para prevenir infiltrações. Essas ações prolongam a vida útil do imóvel.*
- *Inspeção de Esquadrias: Avaliação do funcionamento e vedação de janelas, portas e persianas, com aplicação de selante onde necessário para evitar infiltrações.*
- *Limpeza de Muros e Gradis: Utilização de lavadora de alta pressão para remover sujeira e prevenir degradação. Inclui inspeção prévia e escolha adequada da pressão.*
- *Limpeza de Calçadas: Processo semelhante à limpeza de muros, com uso de lavadora de alta pressão para manter*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

a estética e funcionalidade.

- *Limpeza de Placas Fotovoltaicas: Manutenção para maximizar a eficiência das placas solares, evitando acúmulo de sujeira que pode danificá-las.*
- *Manutenção de subestação – entrada de energia: essencial para garantir a confiabilidade e eficiência do sistema de distribuição de energia. Manutenções regulares previnem falhas e interrupções no fornecimento, minimizando riscos de acidentes e protegendo operadores e comunidades.*
- *Manutenção/Revisão/Reaperto/Identificação de quadros de energia.*

Tipo B:

- *Revisão das Coberturas: Repetição dos procedimentos de limpeza e aplicação de selante, conforme descrito no Tipo A.*
- *Limpeza de Calçadas: Segue os mesmos procedimentos do Tipo A.*
- *Limpeza de Caixas de Gordura: Avaliação, remoção de resíduos e limpeza das superfícies para evitar entupimentos e contaminação. O descarte dos resíduos deve seguir normas locais.*
- *Limpeza de Placas Fotovoltaicas: Manutenção para maximizar a eficiência das placas solares, evitando acúmulo de sujeira que pode danificá-las.*

Manutenção Corretiva:

A manutenção corretiva abrange diversos serviços, como:

- *Instalação e remoção de equipamentos (ex.: ar-condicionado, nobreaks).*
- *Alterações em leiaute (paredes, forros, pisos).*
- *Reparos em estruturas (lajes, coberturas).*
- *Impermeabilizações e pinturas.*
- *Manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos.*
- *Reparos em esquadrias.*

As ordens de serviço são baseadas no SINAPI/TCPO e devem incluir detalhes como local, valores, prazos e natureza dos serviços. Elas devem ser realizadas dentro dos prazos estabelecidos, levando em conta a complexidade da intervenção. Se a execução ultrapassar 30 dias, um cronograma financeiro será incluído.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII: “VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

A contratação foi dividida em lotes para atender diversas unidades em todo o estado do Paraná, agrupando municípios por localização geográfica, distribuídos da seguinte forma:

- LOTE 01 – Setorial Ponta Grossa (07 unidades);
LOTE 02 – Setorial Cascavel (12 unidades);
LOTE 03 – Setorial Curitiba (11 unidades);
LOTE 04 – Setorial Maringá (09 unidades);
LOTE 05 – Setorial Londrina (13 unidades).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Manutenção Preventiva - quantidades

Os serviços programados para as visitas de manutenção preventiva (tipos A e B) estão listados na planilha anexa, intitulada **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**. Os quantitativos foram levantados individualmente, considerando cada unidade integrante do lote.

Manutenção Corretiva - quantidades

Os quantitativos dos serviços a serem executados serão levantados de acordo com as necessidades e demandas identificadas.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV: “IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, IV. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

6. Estimativa do valor da contratação

Foi realizada estimativa dos valores para realização da Manutenção Preventiva, com base nos quantitativos indicados na **PLANILHA PREVENTIVA**, utilizando-se os custos da SINAPI disponível.

Considerando que atualmente não está sendo aplicada a desoneração da folha de pagamento para a construção civil, utilizou-se a planilha SINAPI ONERADA.

O Custo Total Estimado para contratação é de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões quinhentos e oitenta mil reais), assim divididos:

LOTE	REGIONAL	TOTAL MANUTENÇÃO PREVENTIVA	TOTAL MANUTENÇÃO CORRETIVA	TOTAL POR LOTE
1	PONTA GROSSA	120.000,00	150.000,00	270.000,00
2	CASCADEL	250.000,00	200.000,00	450.000,00
3	CURITIBA	515.000,00	500.000,00	1.015.000,00
4	MARINGÁ	170.000,00	200.000,00	370.000,00
5	LONDRINA	275.000,00	200.000,00	475.000,00

TOTAL 5 LOTES	1.330.000,00	1.250.000,00	2.580.000,00
----------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI: “VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VI. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A divisão da contratação em lotes foi uma estratégia cuidadosamente planejada para atender a uma ampla gama de unidades localizadas em todo o estado do Paraná. Essa abordagem não apenas organiza os serviços de forma mais eficaz,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

mas também permite que cada lote se concentre em um conjunto específico de municípios, levando em consideração a localização geográfica e as necessidades particulares de cada região.

Uma das principais vantagens dessa estratégia é a inclusão de pequenas e médias empresas no processo de licitação. Ao fragmentar o projeto em lotes menores, essas empresas têm a oportunidade de competir, aumentando a concorrência e resultando em propostas mais vantajosas. Isso pode ser particularmente benéfico para a economia local, já que essas empresas geralmente têm um conhecimento mais profundo das condições e demandas de suas áreas de atuação.

Além disso, a divisão em lotes minimiza os riscos associados à dependência de um único fornecedor. Ao diversificar os prestadores de serviços, há uma redução da vulnerabilidade em caso de falhas ou atrasos, garantindo que os serviços sejam prestados de maneira contínua e eficiente. Essa abordagem também facilita a gestão e a fiscalização dos contratos, pois a supervisão pode ser adaptada conforme as especificidades de cada região.

Outro ponto importante é que essa estrutura pode acelerar a execução dos serviços. Com múltiplos fornecedores trabalhando simultaneamente em diferentes áreas, é possível atender a demandas de forma mais ágil. Isso não só melhora a eficiência operacional, mas também assegura que as necessidades da população sejam atendidas rapidamente.

A competição gerada por essa divisão em lotes tem o potencial de resultar em melhores preços e condições contratuais. Com um maior número de concorrentes, as empresas são incentivadas a oferecer propostas mais atrativas, o que contribui para a otimização dos recursos públicos. Assim, é possível garantir um uso mais eficiente dos fundos, promovendo uma gestão responsável e transparente.

Por fim, a divisão em lotes também pode estimular a inovação. Com empresas competindo por contratos, há uma maior probabilidade de que elas busquem soluções criativas e eficientes para os desafios apresentados, beneficiando tanto as unidades atendidas quanto a população em geral. Em resumo, essa estratégia de lotes é uma forma eficaz de garantir serviços de qualidade, adaptados às realidades locais, promovendo o desenvolvimento econômico e a satisfação das necessidades da comunidade.

Vale ressaltar que a divisão em lotes não impede que uma mesma empresa seja contratada para mais de um lote. Nessa situação, a empresa precisa ter a estrutura necessária (equipe, materiais e recursos) para realizar os serviços simultaneamente, uma vez que os cronogramas de execução das manutenções dos lotes podem coincidir.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII: "VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;" c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VIII: "VIII - justificativas para o parcelamento ou não do objeto, quando necessário para sua individualização.;" Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se vislumbra a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

Obs.: Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI: "XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;" c/c art. 33 XI da Res. CSJT 364/2023. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

9. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

A presente contratação consta do Plano de Contratações 2025, estando prevista nos itens SIGEO:

- 1) Lote 1 – Setorial Ponta Grossa: SIGEO 326;
- 2) Lote 2 – Setorial Cascavel: SIGEO 325;
- 3) Lote 3 – Setorial Curitiba: SIGEO 328;
- 4) Lote 4 – Setorial Maringá: SIGEO 324;
- 5) Lote 5 – Setorial Londrina: SIGEO 327.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, II: “II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, II: “II – o alinhamento planejamento estratégico institucional, ao plano de logística sustentável e à previsão no Plano de Contratação Anual, observando os temas e indicadores definidos nos referidos instrumentos;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar as devidas justificativas, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Um plano de manutenção predial que inclua tanto ações preventivas quanto corretivas oferece resultados importantes para a gestão e operação de edifícios.

A manutenção preventiva é elaborada para detectar e resolver problemas antes que se tornem graves, o que diminui o desgaste e aumenta a durabilidade de estruturas e sistemas, como telhados e instalações elétricas e hidráulicas. Investir nesse tipo de manutenção evita despesas elevadas com reparos emergenciais e substituições, pois consertar problemas menores é sempre mais econômico.

Um plano de manutenção bem estruturado garante que os edifícios atendam às normas de segurança, diminuindo os riscos de acidentes, incêndios e falhas estruturais, o que é essencial para proteger usuários e ativos. Com sistemas em bom estado, as operações diárias se tornam mais eficientes, minimizando interrupções e aumentando a produtividade.

Ambientes bem mantidos, com climatização, iluminação e instalações sanitárias em funcionamento adequado, proporcionam conforto e satisfação, melhorando a experiência de usuários e trabalhadores. Além disso, edifícios bem cuidados costumam valorizar mais no mercado, um fator decisivo em vendas ou locações.

A manutenção regular assegura que o prédio esteja em conformidade com a legislação local e nacional, evitando penalidades. A manutenção planejada também pode incorporar melhorias de eficiência energética e sustentabilidade, como sistemas de captação de água da chuva e painéis solares, beneficiando o meio ambiente.

O plano de manutenção estruturado possibilitará um gerenciamento de recursos mais eficiente, com um planejamento orçamentário adequado e a correta alocação de pessoal e materiais. Além disso, facilitará a comunicação entre as equipes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

de manutenção, administração e usuários, promovendo um fluxo de informações que melhora a coordenação das atividades. Em resumo, um plano de manutenção preventiva e corretiva não apenas protegerá as edificações, mas também contribuirá para a eficiência financeira, segurança e satisfação dos usuários, tornando-se fundamental na gestão de qualquer ativo imobiliário.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX: "IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;" c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, IX. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão:

As execuções dos serviços contratados podem resultar em geração de ruído e sujeira, podendo impactar no funcionamento das unidades. Assim, será necessário o alinhamento prévio entre a fiscalização do contrato e a unidade que recebe a manutenção, de forma a minimizar os impactos.

Portanto, um bom alinhamento entre a fiscalização do contrato e as unidades que recebem a manutenção é essencial para garantir que os serviços sejam realizados de maneira eficiente e com o menor impacto possível. A abordagem colaborativa não apenas facilitará a execução das tarefas, mas também contribuirá para a satisfação de todos os envolvidos e para a eficácia das operações da Justiça do Trabalho.

Fundamentação: Lei 14.144/2021, art. 18, § 1º, X: "X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;" c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, X: "X - providências para adequação do ambiente do órgão, se necessário, bem como quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual;" Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Manter a manutenção predial em dia é uma estratégia não apenas para garantir a segurança e funcionalidade dos edifícios, mas também para promover práticas sustentáveis que minimizam impactos ambientais. Essa abordagem não apenas beneficia o meio ambiente, mas também pode resultar em economias financeiras a longo prazo e em um ambiente de trabalho ou residência mais saudável e eficiente.

Nos serviços de manutenção preventiva correlatos à limpeza dos elementos, optou-se pela utilização de máquina de pressão de água pode ser uma solução eficiente e econômica quando realizada de maneira consciente. Ao aplicar práticas que promovem a economia de água, é possível manter a eficácia da limpeza enquanto se contribui para a preservação desse recurso tão importante. Essa abordagem não só beneficia o meio ambiente, mas também reduz custos operacionais em diversas aplicações, desde residências até ambientes comerciais e industriais.

Por sua vez a implementação regular da limpeza das placas solares é fundamental para garantir que o sistema opere com máxima eficiência. Com a manutenção adequada, é possível otimizar a produção de energia, prolongar a vida útil dos equipamentos e identificar problemas antes que se tornem mais sérios. Isso não só melhora a rentabilidade do investimento em energia solar, mas também contribui para um uso mais sustentável da energia.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII: "XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;" c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade a que se destina:

A implantação de um plano de manutenção preventiva e corretiva, alinhado com a Resolução CSJT 365/2023, trará benefícios significativos em termos de eficiência, segurança e sustentabilidade. Essa abordagem não apenas garante a integridade das instalações e a segurança dos usuários, mas também assegura a conformidade com as normativas, promovendo uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos públicos.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII: “XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XIII. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

14. Análise da necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Não se vislumbra a necessidade de classificação como sigiloso ou com restrição de acesso.

►Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII, “b”, c/c IN SEGES 58/2022, art. 13: “Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”.

15. Análise do processamento por meio do sistema de registro de preços.

Não se aplica sistema de registro de preços ao presente processo.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 40 (O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte.); Decreto nº 11.462/2023, art. 3º (O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.)

Anexo(s)

Mapa de Riscos (*elemento obrigatório*)

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, X: “X a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;”, c/c art. 51 da Res. CSJT 364/2023, § 2º.

Obs: Utilizar o [modelo do Mapa de Riscos](#)

Equipe de Planejamento da contratação:

Anadélia Trentini Campara

Engenheira Civil
Coordenadoria de Projetos e Planejamento

Adriana Medeiros

Diretora
Secretaria de Engenharia e Arquitetura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO III – Planilha de Manutenção – Lote 1

[ARQUIVO ANEXO EM EXCEL]

ANEXO IV – Planilha de Manutenção – Lote 2

[ARQUIVO ANEXO EM EXCEL]

ANEXO V – Planilha de Manutenção – Lote 3

[ARQUIVO ANEXO EM EXCEL]

ANEXO VI – Planilha de Manutenção – Lote 4

[ARQUIVO ANEXO EM EXCEL]

ANEXO VII – Planilha de Manutenção – Lote 5

[ARQUIVO ANEXO EM EXCEL]

ANEXO VIII – Tabela de encargos sociais

[ARQUIVO ANEXO EM PDF]

ANEXO IX – Planilha de Inspeção Predial

[ARQUIVO ANEXO EM PDF]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO X - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 - DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:	CONTA CORRENTE N.º:	

2 - DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO Nº 90006/2025 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

Objeto: A presente licitação destina-se **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA.**

LOTE	DESCRIÇÃO	DESCONTO GLOBAL SOBRE TABELA SINAPI/TCPO (%)
1	Ponta Grossa	
2	Cascavel	
3	Curitiba	
4	Maringá	
5	Londrina	

3 - Juntamente com a proposta, deverão ser apresentadas as tabelas de encargos sociais e de composição analítica do BDI.

4 – DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e nome legível do procurador/responsável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade/RG nº _____,
CPF _____ nº _____, representante da empresa
_____, inscrita no CNPJ nº _____,
_____, sediada na Rua _____, município de
_____, Estado _____, declaro que conheço as condições da execução
dos serviços licitados por meio do **PREGÃO 90006/2025 do TRT da 9ª Região**, para o LOTE _____, não
cabendo, posteriormente, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou dúvida, sendo de inteira
responsabilidade desta empresa declarante o ônus daí decorrente.

Local, _____ de _____ de 2025.

(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO XII – Minuta de Termo de Contrato

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

(Processo Administrativo nº918/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
.....
..... E

A União por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, centro, na cidade de Curitiba/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.141.166/0001-16, neste ato representado pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.90006./2025.,

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL – PREVENTIVA E CORRETIVA – NOS IMÓVEIS DO TRT9**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, dos seguintes lotes:

Lote 01 - Regional PONTA GROSSA (07 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Castro	Rua Dom Pedro II, 1027 - Centro
Fórum do Trabalho de Guarapuava	Rua Afonso Botelho 104 - Trianon
Vara do Trabalho de Irati	Rua Lino Esculápio, 1260 - Rio Bonito
Fórum do Trabalho de Ponta Grossa	Av. Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Olaria
Vara do Trabalho Itinerante de São Mateus do Sul (Vinculada à Vara do Trabalho de União da Vitória)	Rua Dom Pedro II, 842/844, - Centro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Vara do Trabalho de Telêmaco Borba	Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 344 - Macapá
Vara do Trabalho de União da Vitória	Rua Coronel João Gualberto, 330 - Centro

Lote 2 – Regional CASCAVEL (12 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand	Avenida Cívica, 260 - Centro Cívico
Fórum do Trabalho de Cascavel	rua Galibis, 328 - Jardim Santo Onofre
Vara do Trabalho de Dois Vizinhos	Rua Rio Grande do Norte, 240 – Nossa Sra. de Lourdes
Fórum do Trabalho de Foz do Iguaçu	avenida Paraná, 3710 - Centro
Fórum do Trabalho de Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 - Centro
Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1.975 - Centro
Vara do Trabalho de Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Mayer, 799 - Centro
Posto Avançado Medianeira	Avenida Pedro Soccol, 2500 - Nazaré
Vara do Trabalho de Palmas	Rua Capitão Paulo de Araújo, 563
Posto Avançado de Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade - Bloco Central
Fórum do Trabalho de Pato Branco	Rua Paraná, 1547
Fórum do Trabalho de Toledo	Rua Dra. Zilda Arns Neumann ,850 - Jardim Tocantins

Lote 3 – Regional CURITIBA (10 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede Administrativa	Avenida Vicente Machado, 147, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba	Avenida Vicente Machado, 400, Centro - Curitiba
Fórum do Trabalho de Curitiba - Anexo	Avenida Vicente Machado, 362, Centro - Curitiba
Edifício Sede do TRT da 9ª Região	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro - Curitiba
Sede Complexo do Cajuru	Rua Vidal Natividade da Silva, 600, Bairro Cajuru - Curitiba
Fórum do Trabalho de Araucária	Rua Alfredo Charvet, 862 - Bairro Vila Nova
Vara do Trabalho de Campo Largo	Avenida Padre Natal Pigatto, 1675, Vila Elizabeth
Fórum do Trabalho de Colombo	Rua José Cavassin, 125, Centro
Vara do Trabalho de Pinhais	Rua América Do Sul, 629 c/ Av. Ayrton Senna da Silva, Vila Irene

Lote 4 – Regional MARINGÁ (9 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
Fórum Trabalhista de Maringá	Avenida Gastão Vidigal, 823. Aeroporto.
Fórum Trabalhista de Umuarama	Avenida Rio Branco, 3700. Centro Cívico.
Posto de atendimento de Loanda	Avenida Munhoz da Rocha, 1483. Centro.
Posto de atendimento de Pitanga	Rua Caetano Munhoz da Rocha, 423.
Vara do Trabalho de Campo Mourão	Avenida Goioerê, 779. Centro.
Vara do Trabalho de Cianorte	Travessa Itororó, 188. Centro.
Vara do Trabalho de Ivaiporã	Avenida Brasil, 345.
Vara do Trabalho de Nova Esperança	Praça Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 236. Centro.
Vara do Trabalho de Paranavaí	Rua Antonio Vendramin, 2150. Jardim Ibirapuera.

Lote 5 – Regional LONDRINA (13 unidades)

UNIDADE	ENDEREÇO
FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA.	Avenida Central do Paraná, 1380. Jardim Diamantina.
FÓRUM TRABALHISTA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	Avenida XV de novembro, 830.
FÓRUM TRABALHISTA DE LONDRINA	Avenida do Café, 600.
POSTO DE ATENDIMENTO DE IBAITI	Rua Euclides Monteiro, 739. Centro.
VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS	Rua Harpia, 405. Centro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Rua Treze de Maio, s/n. Praça São Benedito.
VARA DO TRABALHO DE BANDEIRANTES	Rua Eunício Silva Novaes, 7111.
VARA DO TRABALHO DE CAMBÉ	Avenida Esperança, 360.
VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO	Rua Dom Fernando Tadei, 1636. Centro.
VARA DO TRABALHO DE JAGUARIAÍVA	Rua Tenente Coronel Joaquim Carneiro, 331. Centro.
VARA DO TRABALHO DE PORECATU	Avenida Paranapanema, 252. Jardim Bela Vista.
VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA	Avendia Presidente Vargas, 2270. Centro.
VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ	Rua Expedicionário, 20.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO GLOBAL SOBRE TABELA SINAPI/TCPO (%)
1	Ponta Grossa	R\$ 270.000,00	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

2	Cascavel	R\$ 450.000,00	
3	Curitiba	R\$ 1.015.000,00	
4	Maringá	R\$ 370.000,00	
5	Londrina	R\$ 475.000,00	

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/TCPO do mês outubro do ano de 2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC DI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

7.1. São obrigações do Contratante, além daquelas dispostas no Termo de Referência:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

7.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

7.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

7.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

8.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

8.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

8.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

8.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

8.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

8.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

8.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

8.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

8.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

8.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

8.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

8.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital, em plena validade.

8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

8.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

8.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8.39. De acordo com a Portaria MMA nº 280 de 29/06/2020, que trata da gestão de resíduos sólidos e da destinação final adequada de resíduos, a empresa contratada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos deve fornecer documentação comprobatória da destinação final adequada desses resíduos. A empresa contratada deve apresentar os seguintes documentos:

- **Relatório de Destinação Final dos Resíduos:** Este relatório deve comprovar que os resíduos coletados foram encaminhados para locais licenciados, como aterros sanitários, unidades de reciclagem ou outros locais adequados, conforme a natureza do resíduo.
- **Certificado de Destinação:** As empresas devem apresentar notas fiscais ou documentos equivalentes que comprovem a entrega dos resíduos a operadores licenciados ou empresas habilitadas para dar o tratamento adequado. Esse documento deve ser emitido pelo estabelecimento receptor (por exemplo, o aterro sanitário ou unidade de tratamento) que receba os resíduos e que esteja de acordo com a legislação ambiental vigente.
- **Licenciamento Ambiental:** A empresa responsável pela destinação final dos resíduos deve estar devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes para operar a destinação ou o tratamento dos resíduos. A comprovação disso também deve ser fornecida.

*Esses documentos visam garantir que a destinação dos resíduos seja realizada de forma ambientalmente adequada, conforme a legislação brasileira de gestão de resíduos sólidos, evitando danos ao meio ambiente e a saúde pública. Portanto, a empresa contratada deve apresentar esses comprovantes sempre que solicitado, e o não cumprimento das exigências pode implicar em penalidades, tanto para a empresa contratada quanto para a contratante, no caso de não verificação da destinação adequada dos resíduos.

8.40. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

8.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

II. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme itens SIGEO:

Lote 1 – Setorial Ponta Grossa: SIGEO 380;

Lote 2 – Setorial Cascavel: SIGEO 378;

Lote 3 – Setorial Curitiba: SIGEO 373;

Lote 4 – Setorial Maringá: SIGEO 376;

Lote 5 – Setorial Londrina: SIGEO 382

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

15.1. As PARTES se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 e, no que couber, na Política TRT-PR nº 55/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas (físicas ou jurídicas), salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do avençado.

15.1.1. Na hipótese de verificar que o cumprimento do contrato depende da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais com/ou de terceiros, a CONTRATADA compromete-se a celebrar com a pessoa, antes da operação, compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, bem como a estender a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste instrumento.

15.2. É vedada às PARTES a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela objeto do ajuste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3. As PARTES responderão administrativa e judicialmente em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei nº 13.709/2018.

15.4. A CONTRATADA compromete-se a:

15.4.1. aplicar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual;

15.4.2. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

15.4.3. seguir fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pela CONTRATANTE;

15.4.4. facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação;

15.4.5. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pela CONTRATANTE ou por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

15.4.6. auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTRATANTE, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

15.4.7. comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado da ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos em virtude de verificações ou inspeções; e

15.4.8. descartar de forma irrecuperável ou devolver para a CONTRATANTE todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, mediante manifestação formal das providências adotadas, incluindo a data da operação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-